



Universidade do Minho
Instituto de Educação

Vera Lúcia Oliveira Vieira

Mediação Sociofamiliar promotora da
Parentalidade Emancipatória numa CPCJ

Relatório de estágio

Mestrado em Educação

Área de Especialização em Mediação
Educativa e Supervisão na Formação

Trabalho efetuado sob a orientação da
Doutora Isabel Carvalho Viana

outubro de 2016

Agradecimentos

No decorrer de todo o meu percurso académico contei com a colaboração e apoio de algumas pessoas. Neste momento, as palavras não conseguem traduzir todo o meu agradecimento sincero a todas essas pessoas que estiveram do meu lado.

Agradeço, primeiramente, à Universidade do Minho, em especial ao Instituto de Educação, que me acolheu ao longo destes últimos anos.

De forma muito particular, agradeço à Professora Isabel Viana, minha orientadora, pelo apoio incondicional e por nunca me ter deixado usar a palavra “desistir”, apesar de todas as controversas, por todas as palavras de motivação, pelos momentos de crítica, de reflexão, por ter sido o meu braço direito e me ter encaminhado sempre pelo caminho mais acertado. Obrigada por acreditar.

Agradeço de igual modo ao meu acompanhante de estágio, por me proporcionar condições excepcionais de trabalho, por me ajudar de forma muito singular na minha integração na instituição e por se mostrar sempre disposto a colaborar com tudo o que lhe proponha. Agradeço tudo o que me ensinou durante este ano.

Agradeço de forma muito especial à Sté, por me ter ensinado que nunca devemos desistir dos nossos sonhos e, apesar de todas as adversidades e contratemplos, o que nos deve mover é a paixão por aquilo que fazemos. A tua luta fez-me ver que ainda existem pessoas com “amor à camisola”. Obrigada por todo o apoio, disponibilidade, conselhos, por acreditares e por me ajudares na concretização deste projeto sem nunca me deixares cruzar os braços. Obrigada pela amizade que ficou.

Outro agradecimento muito especial vai para as minhas amigas de sempre, Né e Rosa, por estarem sempre do meu lado, por nunca cobrarem as minhas ausências, mas, sobretudo, por valorizarem as minhas presenças. Obrigada por serem pacientes, compreensivas e, acima de tudo, por provarem que são realmente minhas amigas, pelos momentos de descontração, reflexão e carinho.

Agradeço também a toda a minha família, mãe, irmãos e cunhados, por terem estado presentes e por acreditarem em mim.

Aos meus sobrinhos, Ângelo, Soraia, Lara, Inês, Beatriz e Simão por serem umas crianças fenomenais e por me fazerem lutar para que outras crianças recebam o carinho, apoio e mimo que vocês recebem. Vocês são a minha inspiração.

Ao Lar de Santa Estefânia, muito, muito obrigada! Não só pelo apoio final no meu estágio, mas por ter tornado este meu sonho possível e por, ao longo de toda a minha vida, me ter proporcionado meios para me tornar naquilo que sou hoje! Obrigada por me guiarem sempre no caminho certo e serem a base de todo o meu sucesso. Obrigada Irmã Luz, nunca desistiu de mim, nunca duvidou. Obrigada Irmã Sandra, por me acompanhar nos meus primeiros anos de universidade e me ensinar que a vida é para ser vivida sempre da maneira como queremos.

Ao Paulo, meu namorado, amigo, companheiro, meu mais que tudo, o meu agradecimento mais especial! Obrigada pelo teu apoio incondicional, pelo teu carinho, pelas palavras de coragem, de força, pelos incentivos. Obrigada por me transmitires bravura, determinação. Obrigada por sonhares comigo, por seres o meu pilar, pela paciência e pela dedicação. Obrigada pelo apoio incondicional. Obrigada por me teres dado a mão e teres caminhado sempre ao meu lado ao longo destes anos. Obrigada por teres contribuído para aquilo que sou hoje. Obrigada por tudo!

Título: Mediação Sociofamiliar promotora da Parentalidade Emancipatória numa CPCJ

Autora: Vera Lúcia Oliveira Vieira

Relatório de Estágio
Mestrado em Educação – Área de Especialização em Mediação Educacional e Supervisão
na Formação
Universidade do Minho

2016

Resumo

Este trabalho foi desenvolvido ao longo de 9 meses no âmbito do estágio profissionalizante, na área de especialização de mediação educacional e supervisão da formação, que decorreu numa Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, instituição que visa a promoção e proteção de crianças e jovens do concelho em que se insere, com propósito de inclusão. O *focus* da nossa intervenção incide, essencialmente, na mediação sociofamiliar promotora da parentalidade emancipatória. O nosso público-alvo foram as instituições de acolhimento residencial, famílias das crianças em acolhimento residencial, as crianças e a comunidade. No plano das instituições, pretendemos: i) identificar novas formas de envolver as famílias no processo de institucionalização das crianças/jovens, ii) melhorar as relações e a comunicação entre as mesmas e os pais das crianças/jovens. No caso das famílias dessas crianças, foi nosso propósito: i) dotar, ii) sensibilizar, iii) *empoderar* para a participação mais ativa na vida dos filhos, bem como iv) procurar estratégias para as mesmas continuarem a assumir o seu papel de pais, trabalhando em conjunto para a inclusão, para o regresso ao seio familiar. Na comunidade, procuramos i) desmitificar o significado de estar acolhido, ii) dar a conhecer o modo de atuação das instituições de acolhimento residencial, iii) divulgar a importância da família no progresso do desenvolvimento humano, na mobilidade para a inclusão, iv) apresentar as novas formas de família vistas pela sociedade em geral. Com este designio, preparamos pacotes de trabalho com diversas ações orientadas para a inclusão dessas crianças na própria família, na comunidade/sociedade, uma vez que as mesmas são vistas como crianças problemáticas e sem família, sendo, muitas vezes, excluídas do grupo de pares por essa mesma razão. A comunidade, em geral, assume um importante papel na vida destas crianças, o que constitui essencial trabalhar estes conceitos e significados, para que o envolvimento da criança nos contextos de ação humana se dê de forma emancipatória. A metodologia que enquadra a intervenção alicerça-se em pressupostos de investigação-ação, procurando envolver para *empoderar* os implicados para a participação autónoma no seu projeto profissional e/ou de vida. No sentido da exploração da melhor resolução da situação-problema identificada, sustentada num diálogo de proximidade com a situação-prática, orientado para facilitar uma reflexão mobilizadora de inclusão, através de um processo projetivo de mediação transformativa.

Um dos resultados obtidos com este projeto relaciona-se com o facto de existir uma aceitação e valorização, por parte das instituições, deste tipo de intervenção.

Title: Mediation of social and family relations to promote Emancipatory Parenting in a CPCJ

Author: Vera Lúcia Oliveira Vieira

Professional Practice Report
Master in Education – Specialization in Mediation and Supervision of Professional Development
University of Minho
2016

Abstract

This study was conducted over 9 months as part of a professional training with a specialization in education mediation and training overview that took place in a Committee for the Protection of Children and Young People, an institution that seeks the encouragement, protection and inclusion of children and young people throughout its target municipality. The focus of this intervention lies mainly on the mediation of social and family relations to promote emancipatory parenting. The target audience were the residential care institutions, the families of children in residential care, the children, and the community. At the institutional level, we intended to: i) identify new procedures to engage families in the process of institutionalization of children/young people, and ii) improve relationships and communication between children/young adults and their parents. Regarding the children's families, our goal was to i) endow, ii) raise awareness, iii) boost their participation in the children's lives, and to iv) seek strategies that enable families to perform their role of parents while working together towards inclusions and to home return. In relation to the community, we pursued to i) demystify the meaning of being sheltered, ii) reveal how residential care institutions operate, iii) disseminate the family's importance in human development and in mobility for inclusion, and to iv) portray the new forms of family perceived by the overall society. With this purpose, we prepared sets of work with various actions directed at the inclusion of children in their own family and in the community/society, since these children are often regarded as being problematic and without a family, which often leads to their exclusion from their interest groups. The fact that, generally, the community plays an important role in the life of these children calls for an approach towards these concepts and meanings so that the engagement of children in the frames of human action is emancipatory. The methodology of our intervention is based on concepts of action research as a means to enhance the autonomous participation of actors in their professional and/or life projects. More specifically, we sought to improve the resolution of identified problem/situation based on a close dialogue with the problem/practice, with the objective of encouraging a reflection that assists inclusion by means of a project founded on a transformative mediation.

One of the results of this project is the observation of an institutional acceptance and appreciation of these interventions.

Índice	
Agradecimentos	iii
Resumo	v
Abstract	vii
Capítulo I	13
1. Introdução	15
Capítulo II	19
2. Enquadramento contextual do estágio	21
2.1 Caracterização do primeiro contexto de atuação	21
2.1.1 Comissão alargada.....	22
2.1.2 Comissão Restrita	23
2.2 Caracterização processual da CPCJ	23
2.3 Identificação e avaliação do diagnóstico de necessidades, motivações e expectativas	24
2.3.1. Necessidades inicialmente manifestadas pela CPCJ	25
2.3.3. Caracterização do público-alvo	27
2.3.4. Objetivos da investigação/intervenção	29
2.4. As nossas motivações e expectativas face ao estágio	30
2.5. Segundo contexto de atuação	31
Capítulo III	33
3. Enquadramento teórico da problemática	35
3.1 Mediação	35
3.1.1 Noções de Mediação	35
3.1.2 Modelos de mediação	37
3.2. Mediação Sociofamiliar.....	39
3.3 Parentalidade emancipatória	40
3.3.1 Parentalidade.....	40
3.3.2 Emancipação	44
Capítulo IV	47
4. Enquadramento Metodológico do Estágio	49
4.1. Introdução.....	49
4.2. Apresentação e fundamentação da metodologia de intervenção/ investigação	49
4.2.1. Seleção dos métodos e técnicas de investigação/intervenção	52

4.2.2 Plano de recolha de dados	55
4.2.3 Procedimento de análise de dados	56
4.3. Descrição do estágio	57
4.3.1 Formas de pensar a família	59
4.3.2 Rotas do quotidiano da criança/jovens em acolhimento residencial	64
4.3.3. Movimentos de famílias: a mediação transformativa a projetar a parentalidade emancipatória.	71
4.3.4. Monitorizar a intervenção para a construção e difusão da Parentalidade Emancipatória.....	72
4. 3.5 Disseminação da Parentalidade Emancipatória	74
4.4. Outra participação em atividades do plano educativo da CPCJ	75
4.5. Identificação dos recursos mobilizados e das limitações do processo	76
Capítulo V	77
5. Apresentação e Discussão dos resultados	79
5.1. Formas de Pensar a Família para projetar a Parentalidade Emancipatória	79
5.1.1 Resultados	81
5.2. Rotas do quotidiano da criança/jovem em acolhimento residencial para promover a Parentalidade Emnicipatória	85
5.2.1 Resultados	87
5.3 Movimentos de Famílias: a mediação transformativa a projetar a parentalidade emancipatória.	93
Capítulo VI	97
6. Considerações Finais	99
6.1. A mediação sociofamiliar numa CPCJ	99
6.2. Retrato do impacto do estágio:	99
6.2.1. A dimensão pessoal	100
6.2.2. A dimensão institucional;	100
6.2.3. A dimensão do conhecimento na área de especialização	101
Capítulo VII	103
7.Referências Bibliográficas	105

Índice de Figuras

Fig. 1 – Modelos de Mediação	37
Fig 2. Dimensões da parentalidade	42
Fig 3. fases da investigação ação	51
Fig 4. Esquema de ação dentro da instituição	58
Fig. 5. Plano geral do pacote de trabalho “Formas de pensar a Família”	63
Fig.6. Plano geral do pacote de trabalho “Rotas do quotidiano”	67
Fig 7. Avaliação da sessão com as crianças/jovens.....	73
Fig 8. Síntese do pacote de trabalho “Formas de pensar a família”	79
Fig 9. O papel dos pais	82
Fig 10. O papel da instituição	82
Fig 11. O que me transmite a minha família	84
Fig 12. Síntese do pacote de trabalho “Rotas do quotidiano da criança/jovem em acolhimento residencial”	85
Fig 13. Papagaio de papel elaborado por uma das mães.....	88
Fig 14. Características que consideram ter enquanto pais	91
Fig 15. Síntese do pacote de trabalho “Movimentos de Famílias”	94

Índice de Quadros

Quadro1. Atividade processual da CPCJ desde o ano de 2013 até ao ano de 2015	24
Quadro2. Tipo de medidas aplicadas por idade e género.....	27
Quadro3. Situações de perigo detetadas nas crianças e jovens com processos na CPCJ no ano de 2014 e 2015.....	28

Índice de Gráficos

Gráfico 1. Distribuição global da crianças e/ou jovens, em função do sexo e da idade.....	27
---	----

Capítulo I

1.Introdução

O presente relatório de estágio desenvolveu-se entre os meses de outubro de 2015 e julho de 2016, no âmbito do estágio académico do 2º ano do Mestrado em Educação na área de especialização de Mediação Educacional e Supervisão na Formação.

A área de intervenção enquadra-se na mediação, mais concretamente, no campo da mediação sociofamiliar, com vista à promoção da transformação de pensamentos e culturas e à prevenção de comportamentos de risco e conflito.

Pretendemos, essencialmente, que ocorram mudanças de comportamentos e atitudes nas famílias de crianças/jovens em acolhimento familiar, mas também na comunidade envolvente, facilitando, desta forma, o desenvolvimento das crianças/jovens em conformidade com os padrões ditos normais. Pretendemos, ainda, transformar as formas de intervenção das instituições, sensibilizando as mesmas para a importância da valorização da família no processo de acolhimento residencial.

Neste contexto, entendemos a mediação como uma ação educativa essencial, que não se resume à prática da resolução de conflitos, mas aposta, essencialmente, na comunicação, na educação e na segurança (Bonafé-Schmitt, 2009). É na especificidade de atuação da CPCJ que a área da mediação se perfila uma mais-valia, valorizada pela intervenção de equipas multidisciplinares.

O trabalho que apresentamos relata a forma como a mediação sociofamiliar pode ser mobilizadora da parentalidade emancipatória e, desta forma, contribuir para o desenvolvimento das crianças/jovens que se encontram em acolhimento residencial. Com o intuito de facilitar o desenvolvimento da criança/jovem e de lhe proporcionar uma possibilidade de regresso a casa, num menor espaço de tempo, propusemo-nos trabalhar a parentalidade emancipatória, com interesse em instigar, consciencializar e sensibilizar os pais para a importância da sua participação, sensibilizar a comunidade para esta temática e para a relevância das famílias e instituições valorizarem a intervenção dos pais nos processos de acolhimento residencial.

Com este propósito, entendemos a parentalidade como um processo caracterizado pela capacidade que os pais têm de formar uma opinião sobre as necessidades dos filhos e sobre o modo como estas podem ser satisfeitas (Pereira e Alarcão, 2010), sendo que as mesmas são submetidas a regras impostas pelo poder público como uma forma de garantir às crianças e pais que sejam suficientemente adequadas à sua função (Zorning, 2010). É de nosso conhecimento que, uma grande parte das crianças/jovens em acolhimento residencial, se encontram nesta

situação, devido à negligência parental, o que nos impele a considerar importante trabalhar com os pais, no sentido destes se *emanciparem* e adotarem uma postura parental dita adequada para acompanhar e apoiar os filhos durante todo o seu processo de desenvolvimento.

Trabalhar a parentalidade no sentido emancipatório surge com o propósito de gerar a oportunidade para os pais se projetarem, enquanto pais, isto é, de (re) aprenderem, de forma conjunta e partilhada, a serem *pais ativos* com autonomia, partindo do entendimento de emancipação de Rocha *et al.* (2008), que a consideram como a capacidade de uma pessoa incapaz se tornar capaz, como a “cessação da incapacidade”. Com base neste entendimento, é de nosso interesse explorar e disseminar a ideia de parentalidade emancipatória, aprofundada e idealizada por um processo de mediação transformativa.

Consideramos ser importante iniciar este relatório com uma contextualização do estágio, onde fazemos uma caracterização da instituição, apresentamos o âmbito específico da intervenção e o seu público-alvo. Neste capítulo apresentamos ainda a problemática da investigação-intervenção, a sua relevância e pertinência para a área da Mediação Educacional, a sua finalidade e os objetivos, e a integração da estagiária na instituição. Por fim, abordamos o diagnóstico de necessidades e quais foram as nossas motivações e expectativas face ao estágio realizado.

Num outro capítulo, apresentamos o enquadramento teórico da problemática do estágio, onde referimos outras experiências e investigações sobre o tema e da sua relevância para o trabalho que desenvolvemos. Exploramos ainda as correntes teóricas da mediação, da medição sociofamiliar, e da parentalidade emancipatória, que é o foco crítico e criativo da nossa intervenção.

No quarto capítulo, abordamos o enquadramento metodológico do estágio, onde apresentamos e fundamentamos a metodologia utilizada, bem como as técnicas/procedimentos de intervenção, de recolha de dados, monitorização da intervenção e análise dos dados, bem como a descrição do estágio e uma reflexão em torno das suas limitações.

No quinto capítulo, damos destaque à discussão do processo de intervenção/investigação, onde fazemos a articulação dos objetivos com as atividades do estágio, a evidenciação dos resultados, tanto os que estavam previstos, como aqueles que realmente obtivemos e, ainda, uma discussão dos resultados em articulação com referenciais teóricos.

O sexto e último capítulo, contará com as considerações finais, onde apresentamos uma análise crítica dos resultados e das implicações dos mesmos e evidenciamos o impacto do estágio a diferentes níveis, o nível pessoal, institucional e a nível de conhecimento na área de especialização.

Capítulo II

2. Enquadramento contextual do estágio

Neste capítulo do relatório iremos elaborar uma breve caracterização da instituição onde decorreu o estágio, uma caracterização dos processos em que a instituição intervém, bem como do contexto de atuação do mesmo. Será ainda apresentado o diagnóstico de necessidades, as motivações e as expectativas face à escolha desta instituição e ao tema de estágio.

2.1 Caracterização do primeiro contexto de atuação

A Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ) é uma rede social criada na sequência do Decreto – Lei nº189 de 17/5, posteriormente, reformulada de acordo com a Lei de Promoção e Protecção aprovada pela Lei nº 147/99, de 1 de setembro. Definem-se as Comissões de Protecção de Crianças e jovens como sendo instituições de cariz não judicial, mas com autonomia funcional, que promovem os direitos das crianças e dos jovens. São instituições que evidenciam como missão principal colocar termo a situações capazes de afetar a segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral das crianças e dos jovens, ou seja, as CPCJ's exercem a sua intervenção em crianças e jovens que se encontrem em risco ou perigo, de acordo com o n.º 1 e 2, do art.º 12º da Lei n.º147/99.

Considera-se que a criança ou jovem se encontra em risco/perigo quando o mesmo se encontra entregue a si próprio; sofre maus-tratos físicos, psicológicos ou sexuais; não recebe cuidados ou a afeição adequada à sua idade e situação pessoal; é vítima de trabalhos inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal; está sujeito a comportamentos que afetam, gravemente, a sua segurança, o seu equilíbrio emocional; adotam comportamentos que possam comprometer o seu bem-estar físico, a sua saúde, educação ou desenvolvimento, sem que os pais, ou representantes legais, se oponham, de modo adequado, para removerem a situação.

Tal como outras instituições, a CPCJ também se rege por princípios orientadores, sendo esses princípios tomados em conta em qualquer situação processual, são eles: a) interesse superior da criança, qualquer intervenção a cargo da CPCJ, deve atender, prioritariamente, aos interesses e direitos das crianças e dos jovens; b) privacidade, a intervenção nunca deve faltar ao respeito pela intimidade, ao direito à imagem e a reserva da sua vida privada, ou seja, deve ser mantido o sigilo e privacidade em qualquer circunstância; c) intervenção precoce, ou seja, deve ser efetuada a intervenção mal se detete a situação de perigo/risco; d) intervenção mínima,

onde a intervenção deve ser desenvolvida apenas por entidades indispensáveis; e) proporcionalidade e atualidade, cada caso é um caso e cada intervenção deve ser ajustada e efetuado só o necessário, de forma a não interferir na sua vida e na vida da sua família; f) responsabilidade parental, em que os pais devem assumir os seus deveres para com os filhos; g) prevalência na família, onde deve ser dada prevalência às medidas que integrem a sua família ou que promovam a adoção; h) obrigatoriedade de informação, qualquer pessoa que esteja envolvida diretamente no processo a decorrer deve ser informado dos seus direitos e dos motivos que determinam a intervenção, bem como da forma como esta se processa; i) audiência obrigatória e participação das crianças/jovens, bem como dos pais, na definição da medida de promoção e proteção; j) subsidiariedade, a intervenção deve ser efetuada sucessivamente pelas entidades com competência na área, sendo que, em último caso, a intervenção é feita pelos tribunais.

Todos os elementos que compõem a CPJC estão obrigados a sigilo, relativamente às crianças e jovens envolvidos, às suas famílias, e a tudo o que respeita o acompanhamento dos seus processos.

A CPCJ, para o seu funcionamento, conta com duas comissões, a comissão alargada e a comissão restrita.

2.1.1 Comissão alargada

À comissão alargada cabe constituir-se como um fórum de discussão e reflexão sobre as problemáticas da infância e juventude em geral, colaborar, quando solicitados na Comissão Restrita para ações complementares de acompanhamentos de casos, desenvolver ações de promoção dos direitos e de prevenção das situações de perigo para a criança e o jovem e respetivas famílias, designadamente a sensibilização da população para a problemática da criança e do jovem em perigo, diagnosticar as necessidades e levantamentos dos recursos existentes e desenvolver ações de prevenção de risco infantil e juvenis direcionadas para problemáticas específicas; deliberar sobre a integração de Técnicos Cooptados, face às necessidades específicas em termos de valências técnicas, para as diferentes dimensões da CPCJ, e de cidadãos com problemas da infância e juventude, bem como a articulação com outras instituições que não integram a CPCJ; promover a articulação com outras parcerias já existentes nomeadamente a comissão, Local de Acompanhamento (Rendimento Social de Inserção) e Conselho Local de Ação Social (Rede Social); Calendarizar atividades da CPCJ e definir os diversos procedimentos que regulamentam o seu funcionamento ordinário.

O funcionamento desta comissão alargada baseia-se, sobretudo, na concretização de uma reunião plenária ou em grupos de trabalho para assuntos específicos, onde a presença de todos é obrigatória, ocorrendo a mesma em período trimestral, podendo, no entanto, reunir com periodicidade inferior quando o cumprimento das suas funções assim o exija.

2.1.2 Comissão Restrita

A comissão restrita é o núcleo executivo da CPCJ, representada por técnicos dos serviços públicos, das instituições da comunidade e por membros cooptados, estes membros têm competência para promover a intervenção na comunidade, sempre que uma criança e jovem se encontre em perigo, sendo estes membros responsáveis pelo funcionamento da CPCJ, obrigando os serviços que representam, no âmbito das competências respetivas.

A comissão restrita reúne-se de quinze em quinze dias, é de carácter obrigatório. A sua composição é sempre um número ímpar, nunca inferior a cinco e com membros que integram a comissão alargada. A esta comissão cabe a organização e gestão de processos de promoção e proteção, sendo a distribuição dos processos efetuada pelo Presidente, consoante o tipo de temáticas a que respeitem os processos e que os técnicos já obtenham conhecimento anterior.

No que diz respeito a esta comissão restrita, esta modalidade é composta por um elemento das forças de segurança, representado pela PSP, um elemento do Ministério da Educação, um elemento do Ministério da Saúde, um elemento da Segurança Social, um representante das IPSS/ONG com carácter institucional, e um representante das IPSS/ONG sem carácter institucional, um elemento das associações juvenis, um representante dos Cidadãos eleitores designados pela Assembleia Municipal, três elementos cooptados, mais três técnicos de acompanhamento disponibilizados pelo Município.

2.2 Caracterização processual da CPCJ

O fluxo de processos em análise da CPCJ, durante o ano de 2015, dividiu-se em, essencialmente, três categorias: 1) o total de entradas ou volume processual global, correspondente à soma de processos transitados de anos anteriores, bem como aos processos instaurados no ano em avaliação e dos processos reabertos desse mesmo ano; 2) saídas, ou arquivamento global, que correspondem ao número total de processos finalizados no ano de 2015; 3) processos ativos no fim do ano em questão, que correspondem à diferença entre o número de processos entrados no final deste ano.

O quadro que apresentamos a seguir corresponde ao fluxo de processos desde o ano de 2013 até ao ano de 2015:

Quadro 1. Atividade processual da CPCJ desde o ano de 2013 até ao ano de 2015

		2015	2014	2013
Entrada de processos				
Transitados		254	205	198
Instaurados				179
	Novos processos	241	183	168
	Recebidos de outras CPCJ'S	7	13	11
Reabertos		58	52/17MP	65
Total de entradas		560	453	442
Total de processos ativos		291	255	208
Saída de processos				
Arquivados na fase preliminar		20	12	16
Arquivados na fase pós-preliminar		243	177	208
Enviados para outras CPCJ'S		6/8	9	10
Total de saídas		269	196	234
Situações analisadas e/ou acompanhadas sem abertura processual				
Arquivamentos liminares sem abertura formal de PPP		142	113	110
Pedidos de colaboração de outras CPCJ's		13	18	20

(fonte: quadro retirado do relatório de atividades de 2015 da CPCJ)

Como podemos constatar pelos números apresentados, o número de processos ativos na CPCJ onde realizamos o estágio tem vindo a aumentar de ano para ano, o que nos leva a concluir que, apesar do esforço levado a cabo com o trabalho de sensibilização e orientação, que é desenvolvido junto das instituições, não teve os resultados esperados, ou seja, apesar de tudo, não houve uma manutenção, ou até diminuição, dos processos ao longo dos últimos anos.

2.3 Identificação e avaliação do diagnóstico de necessidades, motivações e expectativas

Neste ponto iremos abordar quais as necessidades que foram manifestadas pela instituição de estágio e o diagnóstico de necessidades que efetuamos. Apresentaremos ainda uma caracterização do público-alvo deste estágio e a apresentação dos objetivos da nossa investigação/intervenção.

2.3.1. Necessidades inicialmente manifestadas pela CPCJ

Considerando as necessidades como sendo um conjunto de condições de carências claramente identificadas e que as mesmas diferem daquilo a que chamamos problema, no contexto da CPCJ, onde realizamos o estágio, não surge uma necessidade, mas sim um espaço de oportunidade gerado a partir do plano estratégico para o ano de atividades em curso, que foram aparecendo ao longo de todo o desenvolvimento do estágio.

O percurso deste estágio académico não foi fácil, inicialmente, os trilhos criados iam de encontro ao que a instituição de acolhimento teria planeado no plano de atividades para o ano de 2016. Num primeiro contacto com a CPCJ, foi sugerido o desenvolvimento do estágio no âmbito da mediação sociofamiliar, uma vez que, para além das motivações da estagiária, ia ao encontro do destaque dado para este ano, *as novas formas de família e o papel das famílias*. Assim, e partindo deste ponto, propusemos trabalhar a parentalidade emancipatória e o papel das famílias, embora com ênfase nas famílias das crianças em acolhimento residencial e nas instituições. O interesse recaiu num trabalho junto dos pais destas crianças, para que estes tivessem espaço e tempo partilhados para (re) aprenderem a valorizar o seu papel de pais e evidenciar a importância de participarem, ativa, de forma crítica e próximo da vida dos filhos. Outro ponto importante do nosso trabalho foi o de procurar envolver a comunidade, uma vez que, este ano, o ponto alto da conferência da CPCJ foi a família, teve lugar a 19 de maio, com o título “Os Meus, Os Teus, Os Nossos”.

Assim, e pegando no grande foco da nossa intervenção, a parentalidade emancipatória, desenvolvemos um projeto pautado pelos princípios que enquadram a mediação sociofamiliar, com propósito transformativo, por ser um âmbito de intervenção pertinente, pouco ou nada abordado em Portugal, que perspetivamos inovador e uma mais-valia transformativa.

Para a concretização deste projeto de mediação sociofamiliar foram criados 3 pacotes de trabalho que respondessem às oportunidades da CPCJ. Dentro desses pacotes de trabalho, foram desenvolvidas diversas ações, que tiveram de ser ajustadas ao longo do estágio, devido aos constrangimentos que foram surgindo, tanto ao nível do público-alvo, como ao nível institucional. Estes constrangimentos serão apresentados noutra parte do relatório.

2.3.2. Diagnóstico de necessidades da CPCJ que enquadram o plano de atividades

Quando falamos em fazer um diagnóstico falamos da necessidade de efetuar uma busca de conhecimento real e concreto sobre o que pretendemos que se realize numa intervenção, não

se constrói apenas com o objetivo de perceber aquilo que está a acontecer, o diagnóstico fornece informações também que apoiam a programação de ações concretas e facultam um quadro situacional que serve para apoiar na seleção de estratégias de atuação mais adequadas. Em suma, podemos afirmar que um diagnóstico de necessidades, ou de interesses, permite que haja uma maior eficácia na programação e execução das atividades, pois apoia na compreensão dos problemas com vista à ação (Idañez e Ander-Egg, 2007).

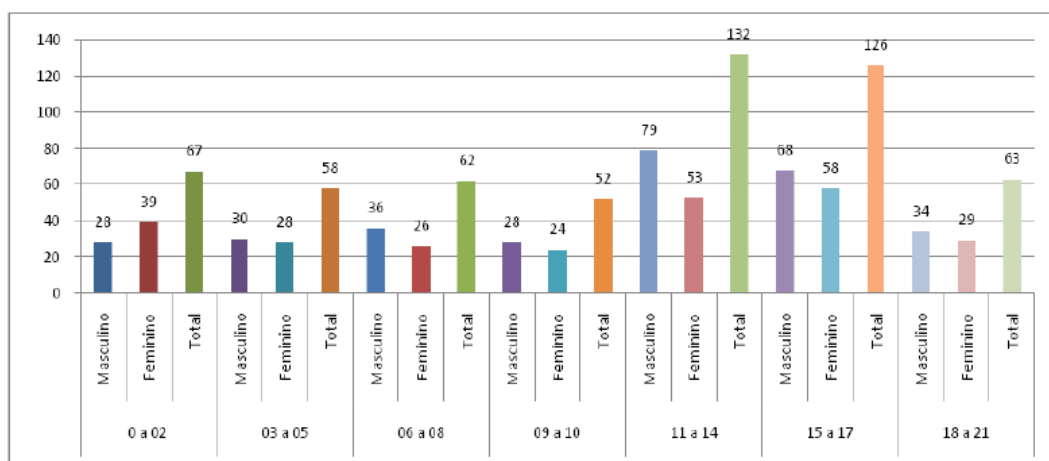
De forma comum, as necessidades são entendidas como um conjunto de condições de carências facilmente identificadas e que as mesmas diferem daquilo a que chamamos problema, no contexto da CPCJ, onde decorreu o estágio, esta não surgiu no âmbito de necessidade, mas sim como espaço de oportunidade gerado a partir do plano estratégico para o ano de atividades em curso. Este estágio foi visto como um interesse para desenvolver novas dimensões que possam responder, de forma mais ampliada e diversificada, aos princípios que a CPCJ defende, que se poderão identificar como aqueles interesses para os quais ainda não estavam identificados os meios de satisfação.

A CPCJ em foco mudou muito ao longo destes anos, e não se foca apenas na gestão de processos de promoção e proteção, mas também em diversas atividades/projetos de intervenção primária para responder aos desafios do público-alvo que abrange, nomeadamente temas atuais e que, de alguma forma, condicionam o desenvolvimento daqueles que beneficiam, ou podem beneficiar, da intervenção da CPCJ, sendo alguns desses projetos relacionados com a violência no namoro, riscos e perigos da internet, bullying, saúde escolar, trânsito e educação sexual. Atividades estas a desenvolver nas escolas do ensino básico e secundário, ainda, com outras atividades previstas, relacionadas com o Programa Pegadas, a cargo do Laboratório da Paisagem, em que a CPCJ contribuiu com o projeto “Futuro Verde”, com base no lema “Cada criança, uma árvore”, que está a ser um sucesso, e que tem atingido os objetivos previstos. Também decorreram sessões para a Educação Parental, tendo como público-alvo os pais das crianças com acordo de promoção e proteção, selecionados pelos gestores de processo, decorre ainda, novamente, o projeto “Laço Azul”, tendo ainda intenção de angariar famílias de acolhimento, em parceria com a Associação Mundos de Vida, por último, a CPCJ organizou a conferência “Os Meus, Os Teus, Os Nossos”. O tema desta conferência constituiu o mote de instigação à proposta que ambicionamos desenvolver no âmbito do estágio.

2.3.3. Caracterização do público-alvo

Em 2015, a CPCJ teve 560 crianças sinalizadas (com processos reabertos, instaurados e transitados), destacando-se a idade dos 11 aos 14 anos e dos 15 aos 17 anos, onde o número de processos é mais elevado e o número mais baixo centra-se na escala dos 9 anos 10 anos de idade, como apresentado no gráfico que se segue:

Gráfico 1. Distribuição global da crianças e/ou jovens, em função do sexo e da idade



(fonte: Gráfico retirado do relatório de atividades de 2015 da CPCJ)

Desses processos, as medidas aplicadas variam, consoante a situação de risco e/ou perigo, como podemos ver no quadro a seguir, o número de processos em que a medida de acolhimento foi aplicada é de 44, sendo que desses 44, 42 é em instituição de acolhimento residencial e 2 em acolhimento familiar:

Quadro2. Tipo de medidas aplicadas por idade e género

MEDIDAS		0 - 2	3 - 5	6 - 8	9 - 10	11 - 14	15 - 17	18 - 21	Total	MEDIDA DE ACOANHIMENTO
Apoio junto dos pais	M	11	16	18	15	37	51	15	163	
	F	12	10	14	13	29	36	4	118	
	T	23	26	32	28	66	87	19	281	
Apoio junto de outro familiar	M	0	3	3	1	5	2	1	15	
	F	4	2	1	0	3	0	1	11	
	T	4	5	4	1	8	2	2	26	
Confiança a pessoa idónea	M	0	0	1	3	2	0	0	6	
	F	0	0	2	0	1	0	1	4	
	T	0	0	3	3	3	0	1	10	
Apoio para a autonomia de vida	M	0	0	0	0	0	1	0	1	
	F	0	0	0	0	0	0	0	0	
	T	0	0	0	0	0	1	0	1	
Acolhimento familiar	M	0	0	0	0	2	0	0	2	
	F	0	0	0	0	0	0	0	0	
	T	0	0	0	0	2	0	0	2	
Acolhimento Residencial	M	0	0	1	2	8	13	4	28	
	F	2	1	0	0	1	6	4	14	
	T	2	1	1	2	9	19	8	42	
Total		29	32	40	34	88	109	30	362	

(fonte: Quadro retirado do relatório de atividades de 2015 da CPCJ)

Destas medidas aplicadas podemos ver que as causas variam, mas a problemática que mais se destaca é a da negligência:

Quadro3. Situações de perigo detetadas nas crianças e jovens com processos na CPCJ no ano de 2014 e 2015

Problemática	2015	2014
Negligencia	95	76
Exposição a comportamentos que podem comprometer o bem estar e desenvolvimento da criança	69	70
Violência doméstica	62	51
A criança/jovem assume comportamentos que podem por em causa o seu bem estar	61	46
Situações de perigo em que estejam em causa o Direito á educação	41	37
Mau trato físico e psicológico	23	16
A criança está abandonada ou entregue a si própria	15	9
Outras situações de perigo	5	6
Abuso sexual	7	4
Mendicidade	3	1
Total	381	316

(fonte: Quadro retirado do relatório de atividades de 2015 da CPCJ)

Sendo esta a problemática com mais processos ativos na instituição, o público-alvo do estágio, com interesse principal, será constituído pelos pais das crianças que se encontram sinalizadas na CPCJ em regime de acolhimento residencial, uma vez se tratar de uma problemática onde a falha acontece devido à falta de formação por parte dos progenitores, torna-se necessário fazer algo que apoie os mesmos e que ajude na transformação do comportamento, fornecendo-lhes meios que apoiem o serem capazes de cuidar das crianças/filhos. Os pais são identificados como os principais responsáveis, não só pela educação das crianças/jovens, mas também pelo seu desenvolvimento. Têm um papel fundamental na vida das crianças/jovens, o que torna prioritário que se faça uma intervenção junto dos mesmos, a fim de os apoiar a tornarem-se melhores pais e melhores cuidadores.

O cenário de atuação de uma CPCJ é complexo e descontínuo, por vezes, dificultando o percurso continuado de um plano de intervenção num curto período de tempo, originando reconfigurações sucessivas, foi o que aconteceu no decorrer do nosso estágio. Esta situação, incompatível com o tempo institucional para realizar o estágio, obrigou a alterar o contexto de

atuação da estagiária e o público-alvo, passando a ser diferenciado de acordo com os pacotes de trabalho desenvolvidos. Assim, o público-alvo variou entre a comunidade, as crianças e a família. A comunidade continuou a ser a comunidade do concelho de Guimarães, uma vez ser o concelho onde se situam os cenários do estudo. As crianças foram selecionadas pela estagiária em colaboração com uma técnica do Lar onde se realizou parte do estudo, tendo em consideração a idade (dos 11 aos 14 anos), foram selecionadas 7 raparigas cuja técnica considerou reunirem condições para a concretização da atividade. Quanto às famílias, variaram consoante o pacote de trabalho, para o primeiro pacote de trabalho, “Formas de pensar a família”, foram selecionadas 4 famílias pela técnica da instituição, a sua escolha baseou-se no facto de serem pais *relativamente ativos* e presentes e que estavam mais motivados para participarem na sessão. A seleção das famílias para as outras sessões, “A importância da família”, “O papel dos pais na educação dos filhos”, “As Instituições e a família” e “Rotas do quotidiano”, baseou-se no facto de nenhuma dessas famílias estar a participar, ou nunca ter frequentado sessões de educação/formação parental, desta forma, a seleção recaiu sob 3 mães, com diferentes histórias de vida e com perspetivas de receber as filhas em casa também muito distintas, escolheu-se um público-alvo variado para estas sessões, uma vez que nos ajudava a ter diferentes perceções sobre as atividades desenvolvidas e qual o seu impacto transformador.

2.3.4. Objetivos da investigação/intervenção

Os objetivos da nossa proposta de intervenção assumem diretrizes de acordo com o público-alvo, uma vez que focamos diferentes públicos, a saber:

- 1) as instituições de acolhimento residencial;
- 2) as famílias das crianças em acolhimento residencial;
- 3) a comunidade.

Assim, no plano das instituições de acolhimento, é nosso propósito: i) identificar novas formas de envolver as famílias no processo de institucionalização das crianças/jovens, ii) melhorar as relações e a comunicação entre as mesmas e os pais das crianças/jovens. No que diz respeito às famílias dessas crianças, pretendemos i) facilitar, ii) sensibilizar, iii) *empoderar* para a uma participação mais ativa na vida dos filhos, bem como iv) procurar estratégias para as mesmas continuarem a assumir o seu papel de pais, trabalhando, em conjunto e com responsabilidade partilhada, para a inclusão, para o regresso ao seio familiar. No que concerne à comunidade, procuramos i) desmitificar o significado de estar acolhido, ii) dar a conhecer o modo de atuação das instituições de acolhimento residencial, iii) divulgar a importância da

família no progresso do desenvolvimento humano, na mobilidade para a inclusão, iv) apresentar novas formas de família, vistas pela sociedade em geral. Estes objetivos são, em particular focados no bem-estar geral da criança/jovem em acolhimento residencial, favorecendo assim o seu desenvolvimento pessoal e social.

2.4. As nossas motivações e expectativas face ao estágio

Quando fomos confrontados com a escolha de uma instituição para realizar o nosso estágio, a primeira ideia foi identificar o público-alvo e, esse, já ambicionado desde a entrada para a licenciatura, facilitou a opção por crianças institucionalizadas e as respetivas famílias. A seguir, fomos confrontados com a área de intervenção, a mediação ou a supervisão, opção que também foi fácil de tomar, pois, a mediação, também sempre foi uma área que despertou especial interesse, de forma singular, a mediação sociofamiliar com foco de intervenção em crianças. Cumpridas estas decisões, foi tempo de identificar uma instituição que correspondesse à ambição, uma tarefa nada fácil, mas com êxito junto de uma CPCJ, que apoiou, desde logo, em tudo que viabilizasse a concretização deste estágio.

Para além das motivações acima mencionadas, que são motivações do lado profissional, também existem motivações a nível pessoal, sendo estas as que mais me movem para conseguir fazer algo novo, algo que nunca tinham feito nesta área e que marcasse, de alguma forma, pela positiva este contexto de intervenção. Com conhecimento e consciência do que é estar do outro lado, percebemos, claramente, as carências que existem ao nível da intervenção, e sabemos, lucidamente, aquilo que poderia ser feito para que as crianças e jovens passassem menos tempo longe da sua família, que, sendo possível ou não, está sempre a ser questionado na cabeça dessas crianças e jovens o porquê de não fazerem nada, ou sequer tentarem. Foi esta situação, interpretado como inexplicável, que deu corpo à motivação para este tipo de intervenção e para agarrar uma ideia-projeto que, até ao momento, não temos conhecimento de ter sido aplicada ao contexto onde realizamos o estágio.

Neste seguimento, a nossa investigação-intervenção teve, então, como propósito principal, sensibilizar as crianças, famílias e instituições para a importância da ativa e próxima presença dos pais à vida dos filhos. Com *focus* essencial na sensibilização dos pais para a mudança de comportamentos e adoção de novas formas de educar, de intervir e de comunicar com as instituições, para que se possa trabalhar em conjunto, e, mais agilmente, no regresso da criança ao seio familiar, ou seja, pretendemos que os pais valorizem o seu papel de pais e

atuem, autónoma e proactivamente, enquanto pais. Desta forma, pretendemos contribuir para a melhoria das interações familiares, da comunicação entre os diferentes atores, e desenvolver, através da mediação, capacidades parentais que possibilitem ter uma presença assídua na vida dos filhos,

2.5. Segundo contexto de atuação¹

Devido à dificuldade de desenvolver as atividades na CPCJ, como já referido, no tempo institucional do estágio, por motivos alheios à instituição, que não estavam a permitir o desenvolvimento das atividades, nomeadamente a falta de comparências dos participantes, procedemos à reconfiguração da estratégia e desenvolvemos as atividades num Lar de Infância e Juventude, uma Instituição Particular de Solidariedade Social, legalizada pelo Decreto-lei n.º 519 – G2/ 1979, dia 29 Dezembro e regulada pelos Despachos Normativos n.ºs. 387 e 388/1980, publicados no Diário da República n.º 301, I Série, 4.º Suplemento, de 31 de dezembro. A valência de Lar de Infância e Juventude é uma das valências que atualmente vigoram na Instituição, que tem por objetivo o acolhimento, educação, integração ou reintegração no meio sociofamiliar e valorização pessoal e profissionalmente de crianças e jovens em regime de internato. É dada prioridade às crianças e jovens do concelho de Guimarães e concelhos limítrofes que se encontrem em situação de perigo ou, mais especificamente, que estejam abrangidas pelo artigo 3.º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo:

- a) Que estejam abandonadas ou vivam entregues a si próprios;
- b) Que sofram maus-tratos físicos ou psíquicos ou sejam vítimas de abuso sexual;
- c) Que não recebam cuidados ou a afeição adequada à sua idade e situação pessoal;
- d) Que sejam obrigadas a atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento;
- e) Que estejam sujeitas, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança, formação, educação ou desenvolvimento;
- f) Que assumam comportamento ou se entreguem a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento, sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover a situação.

¹ Informação retirada do livro: *140 Anos do (...) – Guimarães: 1858-1998* e do Regulamento Interno da Instituição

Capítulo III

3. Enquadramento teórico da problemática

Neste ponto de relatório serão abordados os temas da mediação, a sua definição e os seus modelos, e o tipo de mediação abordado no estágio, a mediação sociofamiliar.

Serão ainda retratados os temas da parentalidade e da emancipação, desde a sua contribuição para o estágio à sua pertinência para a intervenção social em instituições de acolhimento residencial.

3.1 Mediação

A mediação assume neste estágio um papel fundamental, uma vez que não pretendemos obter a mudança de comportamentos apenas durante o desenvolvimento do mesmo, mas sim a médio e longo prazo, através da consciencialização e sensibilização para a importância da mudança do sistema de intervenção junto das famílias das crianças em acolhimento residencial. A fim de conseguirmos implementar uma nova prática que favoreça o processo de acolhimento e contribua para um melhoramento tanto de tempo de acolhimento da criança como do seu desenvolvimento pessoal e social.

Encontramos na mediação uma forte estratégia para conseguirmos concretizar os nossos objetivos a médio e longo prazo, pois a mesma não se apresenta como uma técnica que inflige a mudança, mas sim que alerta para a importância da mesma, facilitando assim a adesão a este processo de intervenção familiar.

3.1.1 Noções de Mediação

A mediação é, na maioria das vezes, entendida como um recurso usado para enfrentar situações de conflito (Torremorell, 2008, p. 11). A mediação procura a resolução ou prevenção de conflitos, entre duas ou mais partes, por meio de uma terceira pessoa alheia ao conflito, o mediador, cuja sua função é encontrar meios que ajude as partes a resolver os conflitos, ou seja, o mediador tem de criar condições para que sejam os próprios mediados a resolver o problema (Magalhães, 2010).

Assim sendo, podemos constatar que, na mediação, o papel do mediador não é o de resolver o conflito, mas sim o de proporcionar condições para que os mediados sejam capazes de resolver o conflito por si. Na mediação não há perdedores nem ganhadores, é sempre valorizado, de igual forma, todos os lados do conflito, sendo a solução encontrada benéfica para todos os mediados. É por esta razão que a mediação se destaca de outros métodos de resolução

de conflitos, pois, os acordos elaborados no final do processo da mediação são estipulados pelas partes, em conjunto e na presença do mediador, e não por imposição de um juiz ou árbitro (Torremorell, 2008), mas também por se tratar de um método que acredita na resolução de conflitos de forma pacífica e cooperante entre os mediados, baseando-se sobretudo na comunicação e reflexão dos envolvidos que se tornam capazes de resolver o conflito por si e através de soluções aceitáveis para ambas as partes (Camp, 1999; Schinitman e Schinitman, 2000 in Folgosi, 2004)

No contexto da nossa intervenção, a mediação assume um papel tanto de prevenção, como de resolução de problemas, pois, para além de pretendermos prevenir futuros conflitos intrafamiliares e de rutura de laços entre as crianças/jovens e a família, também pretendemos compreender e atuar noutros problemas, nomeadamente os que levaram à institucionalização da criança/jovem.

A mediação é vista como sendo uma atividade essencialmente educativa, na medida em que o seu principal objetivo é proporcionar, nos mediados, uma sequência de aprendizagem alternativa, que supere o comportamento reativo ou impulsivo, contribuindo, desta forma, para que os participantes adotem uma postura reflexiva. (Silva et al, 2010).

Neste sentido, a mediação pode ser encarada como uma cultura de mudança social, promotora da compreensividade entre as partes que defendem as diferentes versões da realidade e a livre tomada de decisão, contribuindo, assim, para a participação democrática dos mediados durante todo o processo de mediação (*idem*). A mediação apresenta duas dimensões essenciais, a dimensão social, que se orienta no sentido da coesão social e a dimensão educativa, que promove a cidadania ativa (Bonafé-Schmitt, 2009).

Assim sendo, a mediação tem como propósito promover a transformação social (Munnéq e Mac-Cragh, 2006; Torremorell, 2008, citado por Silva et al. 2010) e, essa transformação social, é tanto mais coesa quanto a capacidade da comunidade para se organizar e aprender sobre si mesma e sobre os processos pelos quais ela se transforma (Viana, 2011).

A mediação só é concretizada se existir a comunicação entre as partes, isto é, é através da comunicação, verbal e não-verbal, que os mediados transmitem os seus pontos de vista, sendo impossível não comunicar (Fernandes, 2013).

Já que a comunicação consubstancia a mediação, é então importante que a mesma seja valorizada durante o processo de intervenção pela mediação, ainda que se trate de um contexto

como o deste estágio, que envolve quatro vetores, a criança/jovem, a família, a instituição de acolhimento e a comunidade.

O conceito de mediação, independentemente da ideologia ou epistemologia, possui uma orientação transformadora do mediado e da relação que existe entre eles, sustentada por valores como a solidariedade, o compromisso, a cooperação, a participação, a criatividade, a paciência, o respeito, a perseverança, a confidencialidade e o diálogo (Oliveira e Freire, 2010).

A mediação tem vários campos de intervenção, desde a escola, a comunidade, o social, sendo o sociofamiliar aquele que mais se adequa ao nosso contexto de estágio, uma vez que o seu foco de intervenção são as crianças em acolhimento residencial e a sua família, e tem como objetivos o melhoramento do processo de acolhimento dessas crianças.

3.1.2 Modelos de mediação

Como podemos observar na figura 1 (Torremorell, 2008, p. 47), existem três modelos de mediação, que apesar de diferentes, todos eles têm em atenção a necessidade de obtenção de um acordo, no crescimento pessoal e na construção de histórias, embora a ordem daquilo que consideram ser prioritário, aquilo em que se foca em primeiro plano, varie no seguinte formato:

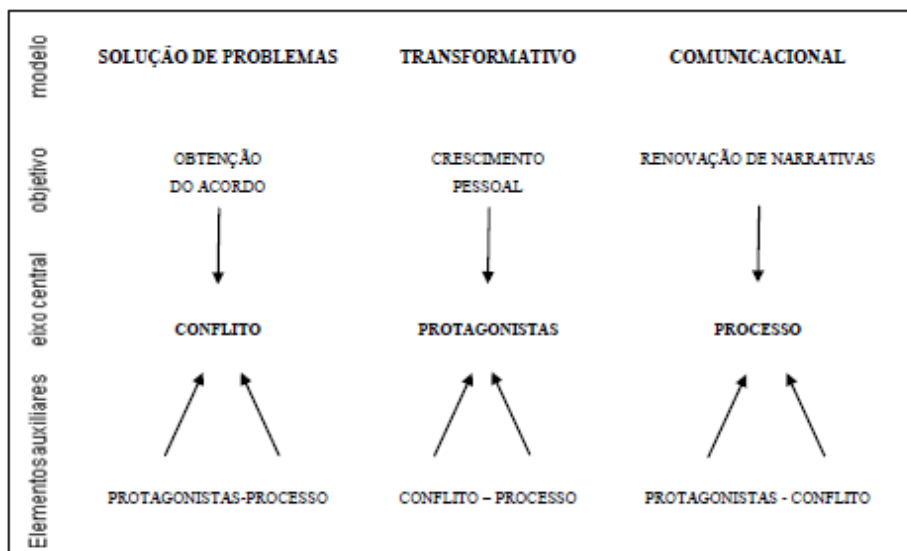


Fig. 1 – Modelos de Mediação de Torremorell (2008, p. 48)

A autora refere três modelos de mediação, o modelo de solução de problemas, o modelo transformativo e o modelo comunicacional. O modelo de resolução de conflitos tem como principal foco a comunicação entre os mediados, onde os mesmos se debruçam sobre os pontos

que têm em comum e se concentram no conteúdo do conflito, privilegiando desta forma o acordo como processo de resolução do problema e a satisfação das necessidades de ambas as partes, como referido, o conflito é visto como uma manifestação do problema e, como tal, apresenta um carácter negativo, devendo por isso ser eliminado (Cardozo, s/d). Como podemos constatar neste modelo, o confronto entre os mediados é supra valorizado e é através dele que se resolve o conflito, chegando a um acordo. Se os mediados chegarem a acordo o conflito desaparece, logo fica resolvido. Em suma, este modelo está centrado no acordo e na solução.

Já o modelo transformativo, o principal objetivo do processo da mediação, é a transformação das relações das pessoas envolvidas no conflito, contribuindo desta forma para o crescimento moral dos mesmos, através da sua revalorização e do seu reconhecimento. Segundo Cardozo (s/d), neste modelo, o conflito é visto como uma forma de crescimento e valorização pessoal, tendo então aqui um carácter positivo. O conflito é visto como um aspeto positivo, uma vez que é um elemento social da vida comum e o qual tem de ser gerido, não sendo, de todo, para este modelo a principal preocupação, ressaltando que o que importa aqui é o processo que a mediação engloba, a participação e a vontade de transformar a situação em questão (*idem*).

O modelo comunicacional tem como foco o discurso que as pessoas previamente trazem consigo acerca do conflito, uma vez que a narrativa é, aqui, o instrumento principal, centrado sobretudo na troca de informações entre os mediados, tendo como objetivo a reflexão e não uma partilha de uma história pelas partes envolvidas. Este modelo foca-se tanto nas relações pessoais quanto na concretização do acordo de mediação proposto pelos mediados, sendo que esta última pode interferir um bocado com a qualidade da mediação, uma vez que ir em busca de um acordo pode ser incongruente com o processo de mediação, ou seja, a procura do acordo pode interferir com o processo de mediação, uma vez que o mesmo pode acontecer de forma forçada e não é isso que se pretende com a mediação, sendo o seu grande mote o (re)estabelecimento de relações.

No contexto da nossa intervenção, pretendeu-se dar enfoque ao modelo transformativo, uma vez que nos centramos nos mediados e na sua mudança, pois, o nosso objetivo está muito para além da obtenção de um acordo. Aliás, não é um acordo que queremos com a nossa intervenção, mas sim a mudança no sujeito para que seja possível o retorno da criança ao seu seio familiar e que esse retorno seja definitivo e num ambiente familiar propício ao

desenvolvimento integral e saudável da criança/jovem, promovendo o desenvolvimento de capacidades e competências intrapessoais e sociais.

A nossa intervenção, tal como a mediação transformativa, tem como protagonistas aqueles onde se deseja que aconteça uma transformação de atitudes e/ou comportamentos, onde existe uma comunicação deficiente ou inexistente entre os mediados, provocando uma nova forma de ser, pensar e viver, por parte dos indivíduos. A mediação numa abordagem transformadora potencia a transformação e encara os conflitos como uma oportunidade de crescimento (Horowitz, 1998 citado por Torremorell, 2008).

3.2. Mediação Sociofamiliar

No contexto da nossa intervenção, é aquela que consideramos ser a mais adequada ao que nos propusemos neste estágio, focalizada nas crianças acolhidas residencialmente e nas suas famílias.

Segundo Parkinson (2008), a mediação sociofamiliar é definida como um processo que dá resposta à transição continuada, a que as famílias e a sociedade estão sujeitas, facilitando a comunicação e as decisões consensualizadas e partilhadas de forma responsável, fortalecendo a interação e o relacionamento. A mediação sociofamiliar é compreendida como sendo um meio de transformação das relações familiares e também como uma alternativa para a resolução de conflitos, nos contextos que envolvam a família e se pretenda facilitar o diálogo, o consenso e criar condições para que, de uma forma integrada e corresponsabilizada, se descubram respostas possíveis.

O facto de o trabalho ser desenvolvido junto de crianças e jovens em acolhimento residencial e respetivas famílias, bem como a necessidade de promover a comunicação e interação com diversos sistemas, como o familiar, o institucional e o social, ser muito importante e de grande complexidade, confere à mediação sociofamiliar um espaço de intervenção pertinente com vista ao empoderamento das famílias e à sua reunificação (Magalhães e Silva, 2016, p. 120).

Segundo Magalhães e Silva (*ibidem*), o foco de intervenção da mediação sociofamiliar, relativamente aos intervenientes nos processos de mediação, vai muito mais além das crianças/jovens e das famílias sinalizadas como estando em situação de risco ou perigo, mais concretamente, no que respeita às crianças que se encontram em processo de acolhimento residencial, pois estas famílias encontram-se de tal forma em situação vulnerável que lhes

dificulta a capacidade de promover um adequado desenvolvimento aos seus filhos e, por isso, surge a necessidade de articular dois contextos, o familiar e o social.

Neste processo a mediação sociofamiliar promove a comunicação entre os indivíduos de uma família e os sistemas sociais, de modo a que sejam facilitadas as relações e as interações entre os mesmos, constituindo um contributo valioso para o desenvolvimento equilibrado das crianças e jovens e para o (re) estabelecimento dos laços afetivos no seio familiar (*idem*).

No seguimento do entendimento daquilo que é, e do que pretende a mediação sociofamiliar, podemos considerar que o nosso projeto se enquadra neste âmbito, pois ambicionamos uma transformação familiar, uma facilitação do diálogo entre as instituições de acolhimento, a família e a criança/jovem, bem como outras instituições sociais como é o caso da CPCJ. Sempre tendo como principal foco a criança e os seus interesses, não esquecendo, de todo, aquilo que a CPCJ tinha em vista para o projeto de vida das crianças/jovens em causa. Para este compromisso foi nosso propósito considerar o que a mediação sociofamiliar tem em conta, relativamente aos intervenientes e os mesmos se encontrarem numa situação muito vulnerável, toda a nossa intervenção teve em conta os sistemas sociais, nomeadamente a CPCJ e a instituição de acolhimento, e outras pessoas, como os gestores dos processos das crianças/jovens dentro das instituições.

3.3 Parentalidade emancipatória

A parentalidade emancipatória foi, neste estágio, o grande foco *inventivo* de desenvolvimento, pois pretendemos que os pais/familiares das crianças em acolhimento residencial tenham consciência de que, para que seja possível existir uma mudança no processo de intervenção, é essencial que ocorra nos mesmos também uma mudança. Que estes adotem uma postura mais ativa e participativa e que, sobretudo, mostrem interesse em apoiar, mudar e contribuir para o bem-estar das crianças, facilitando desse modo a intervenção da instituição junto dos mesmos.

3.3.1 Parentalidade

Entendendo a parentalidade como sendo um conjunto das ações adotadas inicialmente pelas figuras parentais junto dos seus filhos, no sentido de promover neste o seu desenvolvimento da forma mais absoluta possível, utilizando recursos disponíveis, tanto dentro da família como dentro da comunidade (Cruz, 2005, cit. por Pereira e Alarcão, 2010), ou seja,

encara-se a parentalidade como sendo as atividades propositadas que acontecem com o sentido de assegurar a sobrevivência, e o desenvolvimento integral da criança, num ambiente que traduza segurança, de modo a facilitar a socialização da criança, e a atingir o objetivo de torná-la, de modo progressivo, o mais autônoma possível (Barrosa e Machado, 2010). Na parentalidade, a personagem principal da cena familiar é a criança (Rodriguez e Paiva, 2010).

Assim sendo, e considerando que a parentalidade é, quase certo, a tarefa mais complexa, difícil e com os maiores desafios e responsabilidades para o ser humano (*idem*), a parentalidade fabrica-se com os ingredientes mais complexos (Moro, 2005) Não se nasce pais, tornam-se pais, por isso a parentalidade é construída através do relacionamento desenvolvido entre pais e filhos e no desenvolvimento do mundo emocional e psíquico das crianças (Rodriguez e Paiva, 2009).

Para se ter uma parentalidade minimamente adequada é necessário ser portador de competências parentais que são, sobretudo, entendidas como a soma das atitudes e das condutas que são favoráveis ao desenvolvimento considerado normal de uma criança (Pereira e Alarcão, 2010). Não deveremos, contudo, considerar a parentalidade minimamente adequada como uma parentalidade inferior, mas sim como uma parentalidade que não garante os cuidados necessários ao desenvolvimento do potencial da criança (Pereira e Alarcão, 2014).

Para que haja uma parentalidade minimamente adequada, ou seja, a satisfação mínima dos cuidados necessários de modo a não causar danos na criança (Pereira e Alarcão, 2010), é necessário que se satisfaçam determinadas expectativas, que na perspectiva de Woodcock (2003, cit por Alarcão e Pereira, 2010), são as seguintes: 1) expectativa de prevenção do dano, ou seja, capacidade que os pais têm de evitar que os filhos se coloquem em risco ou perigo; 2) expectativa dos pais conhecerem e serem capazes de satisfazer apropriadamente os níveis essenciais para o desenvolvimento dos filhos; 3) expectativa dos pais conseguirem assegurar, de forma sistemática e consistente, o cuidado físico dos filhos; 4) expectativa dos pais serem emocionalmente sensitivos e estarem emocionalmente disponíveis para os filhos.

Assim, e considerando que o foco da parentalidade é a criança, o comportamento parental deve ser focado nos interesses da criança, que a mesma seja reconhecida e orientada, o que implica a definição de limites que potenciem o seu desenvolvimento integral, sendo que as competências parentais se medem pelas consequências das suas práticas parentais e pela adequação dessas mesmas competências às normas culturais e vigentes (Alarcão e Pereira, 2010).

Na perspetiva de Barroso e Machado (2010), uma parentalidade funcional é regida por dimensões que se apresentam num modelo criado pelos mesmos, onde estão apresentadas as capacidades e competências parentais e onde também é permitido fazer uma avaliação das suas práticas.

A figura 2 apresenta esse mesmo modelo:

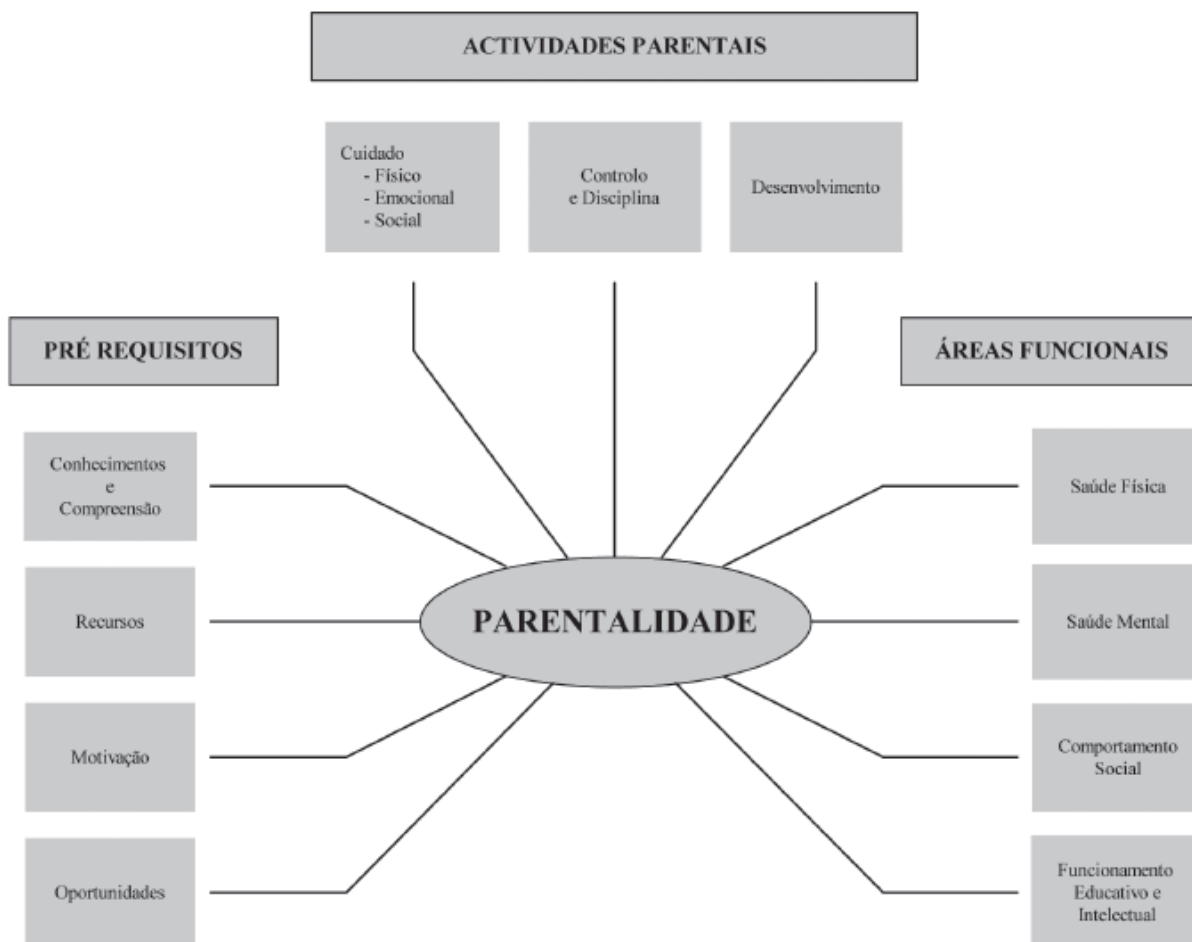


Fig 2. Dimensões da parentalidade

[fonte: Adaptado de Hoghughi (2004) in Barroso e Machado, 2010, p.213]

Como podemos ver na imagem, a parentalidade subdivide-se em 3 pontos, as atividades parentais, que corresponde ao conjunto de atividades que são necessárias para se ter uma *parentalidade minimamente adequada*, as áreas funcionais, que são os principais aspetos do funcionamento da criança e os pré-requisitos, que correspondem ao conjunto de especificidades necessárias para o desenvolvimento da atividade parental. Todos estes pontos têm várias dimensões. Nas atividades parentais destacam-se as dimensões de cuidado, disciplina e desenvolvimento, tendo esta dimensão como objetivos: i) assegurar as necessidades básicas da

criança, na prevenção das adversidades que fazem a criança sofrer, bem como promover de situações positivas que a ajudem a desenvolver positivamente ao longo da sua vida (Hoghghi e Long, 2004). Nas áreas funcionais, os elementos envolvidos relacionam-se com o facto de a criança requerer uma atenção parental especial, direccionados para a saúde física e mental, para os comportamentos sociais e para o funcionamento educativo e intelectual (idem). Aqui, o foco da atenção parental está direccionado para a prevenção e provisão de oportunidades que facilitem o crescimento positivo (Hoghghi e Long, 2004).

No que concerne à dimensão dos pré-requisitos, está incluído o conhecimento e compreensão, motivação, recursos (ibidem). Para estes autores, estas dimensões prendem-se com o facto de as competências parentais serem ou não suficientes para que estes possam reconhecer as necessidades dos filhos, para que isso aconteça é necessário que os pais compreendam os comportamentos e as consequências dos mesmos, sendo que o conhecimento e a compreensão acabam por estar interligados com a motivação, uma vez que o conhecimento poderá ser inútil se não for traduzido numa ação. Aqui, quando falamos de motivação, falamos do respeito pelos desejos e compromissos que estes pais adotam para canalizar todos os esforços necessários para contribuir para o desenvolvimento integral da criança/filho. As outras duas dimensões dizem respeito aos recursos que os pais têm, como as qualidades parentais e os recursos materiais, e as oportunidades que realçam os condicionantes que acabam por ter grande impacto em todo o seu comportamento como figura parental. (ibidem).

Em suma, podemos constatar que a parentalidade é um processo em desenvolvimento parental, mais do que um papel ou uma função. (Pereira e Alarcão, 2014).

No campo da parentalidade, o papel do profissional não passa por pensar que sabe melhor que os próprios pais guiar a sua ação sobre esse pensamento, não nos cabe a nós dizer como se faz, como precisam de ser, ou até mesmo fazer, mas sim o de estimular as capacidades parentais, para que estas surjam naturalmente e sejam sustentadas por nós (Moro, 2005).

Por fim, na construção de uma parentalidade estão implicados os técnicos, as respetivas instituições e as normas/valores culturais de referência, para além das definições próprias de cada família e de cada prestador de cuidados (Pereira e Alarcão, 2010). A parentalidade requer, ainda, que os pais sejam capazes de responder aos desafios que lhes são colocados pelo temperamento e desenvolvimento particular de cada um dos seus filhos e também de aceitar e

estar minimamente preparado para lidar com as características que afetem a sua capacidade parental (ibidem).

No contexto do nosso estágio, a parentalidade apresenta várias falhas, sendo que a principal causa de institucionalização das crianças deve-se sobretudo ao nível da negligência parental, sendo por isso necessário efetuar um trabalho junto desses pais, com o intuito de inculcar neles hábitos comportamentais mais eficazes e melhor adequados, promotores de maior responsabilidade e consciência da importância da sua presença na vida das crianças/jovens. É nossa convicção que, o trabalho realizado ao longo do estágio, foi orientado para facilitar que a família se capacite e se torne autónoma, com interesse em apoiar o regresso da criança ao seio familiar o mais rápido possível e de maneira equilibrada.

Pretendemos deste modo, e através da mediação transformativa, com base numa perspetiva de emancipação, gerar ambientes favoráveis ao desenvolvimento nos pais de competências parentais que possibilitem serem eles a guiar os filhos sem a intervenção de outros ou de instituições, consciencializando os mesmos que a mudança na intervenção só ocorre se houver uma mudança que os inclua. Ou seja, só é possível haver uma mudança no processo de intervenção, se todos os elementos envolvidos nesse processo estiverem predispostos a mudar, sendo que neste caso, a mudança deve ocorrer ao nível da instituição, da família, e da CPCJ, em que todos devem contribuir para a facilitação da intervenção. Assim, estes terão de estar em constante comunicação, e juntos, chegarem a um acordo sobre as estratégias de intervenção de modo a que nenhum dos envolvidos seja menos valorizado. Com base neste entendimento, evidencia-se essencial que haja comunicação e que haja um acordo pensado por todos os envolvidos, a mediação torna-se então, aqui, o processo de intervenção mais adequado a este sistema de intervenção.

3.3.2 Emancipação

A emancipação é vista como uma forma projetiva de (re) aprendizagem, de tornar alguém capaz de concretizar algo, é a falta de decisão e coragem de alguém servir-se do entendimento, sem a orientação de outro (Adorno, 1995). É com base nesta definição de emancipação que a nossa intervenção se baseou, pois, queremos que os pais adotem uma postura mais ativa e sejam capazes de adotarem competências parentais suficientes para contribuir para o desenvolvimento dos seus filhos, assim, a emancipação poderá contribuir para a transformação da parentalidade e da forma como esta é vista perante a comunidade. Pois, não basta ser-se pai no papel, não chega dar à luz uma criança, é necessário que se

tornem capazes de orientar/apoiar essa criança e de lhe proporcionar condições favoráveis ao seu desenvolvimento e bem-estar

A emancipação é mais que uma mera aprendizagem, é, segundo Gadotti (2012), uma conquista da liberdade, da autonomia e da independência, no caso deste contexto, relaciona-se com a independência parental, ou seja, com o facto de os pais serem autónomos e independentes no que toca ao acompanhamento da vida dos seus filhos, processo que facilitará a relação deles com a comunidade, mas sobretudo com os filhos.

Na nossa intervenção, a educação pode e exerce um papel essencial na transformação dos pais, pois a educação na perspectiva da emancipação pode ser interpretada como um processo de formação para transformar uma realidade (Gadotti, 2012), cabe-nos, então, proporcionar aos pais meios/estratégias para que estes se eduquem e desenvolvam competências que os tornem capazes de transformarem as suas atitudes e os seus comportamentos enquanto pais.

A emancipação é uma abordagem possível para a parentalidade, uma vez que a mesma explora a possibilidade de tornar os pais capazes. A falta de decisão e coragem de se servirem do entendimento (no caso desta intervenção, se assumir o papel de pais), sem a orientação de outrem, não facilita a emancipação (Adorno, 1995), mas, aqui, a orientação de outrem, servirá apenas de orientação e não de substituição de papéis, pois, quando se é pai, não se deixa de ser só porque não se encontram a viver no mesmo espaço. Neste âmbito, a nossa intervenção tem o propósito de diminuir este estigma, que a comunidade evidencia, através da possibilidade de dar aos pais a oportunidade de manter o seu papel ativo na vida dos filhos.

A mediação adotará aqui um papel fundamental, uma vez que o seu papel se centra na sensibilização, consciencialização e motivação dos pais para quererem tomar o seu lugar na vida da criança/jovem e pode ser convertida numa forma particular do desenvolvimento da emancipação (*idem*).

A mediação para a parentalidade emancipatória revela-se uma dimensão fulcral na família das crianças/jovens que se encontram entregues a instituições por tempo indeterminado, já que é um processo que promove uma melhoria das relações humanas e de competências dos envolvidos.

Capítulo IV

4. Enquadramento Metodológico do Estágio

4.1. Introdução

Neste capítulo faz-se o enquadramento metodológico do estágio, onde apresentamos e fundamentamos a metodologia de intervenção e investigação utilizada, paradigmas, modelos. De seguida, falamos da elaboração e validação dos instrumentos de investigação, apresentamos uma descrição do estágio, onde fazemos uma breve abordagem às atividades desenvolvidas na instituição e, por fim, referimos o processo de recolha de dados, o seu tratamento e análise.

4.2. Apresentação e fundamentação da metodologia de intervenção/ investigação

Em todo e qualquer processo de investigação relacionado com um problema de cariz social, a investigação é vista como algo que se pretende pesquisar, é a busca de um conhecimento acerca de um determinado problema com vista a obtenção da sua solução, ou melhoramento, tal como nos diz Quivy e Champenhoudt, (2005).

Em todos os campos de investigação subsistem um leque de opções no âmbito das técnicas e dos métodos que devemos privilegiar para obtermos acesso e conseguirmos tratar a informação, o campo da educação não é exceção (Silva, 2005).

Considerando todo esse leque de métodos e técnicas, tendo em conta que o nosso projeto se baseia numa investigação de intervenção, considerando o nosso problema de investigação e os nossos objetivos, interpretamos que o desenho de intervenção/investigação mais adequado ao nosso estudo tem enquadramento nos princípios que organizam a investigação-ação, pois, não pretendemos apenas obter conhecimento acerca do nosso problema, pretendemos também agir sobre ele e aprender com ele.

A investigação-ação (IA), como indica o próprio nome, consiste numa metodologia que apresenta uma dupla focagem, por um lado, a ação, onde se pretende que ocorra a mudança, por outro, a investigação, onde se pretende aumentar a compreensão sobre o problema (Fernandes, 2006). Do ponto de vista deste autor, podemos considerar que a IA é uma metodologia orientada não só para a melhoria do conhecimento, mas também das práticas dos diversos campos de ação (ibidem).

Esta metodologia de investigação é vista como um método de estudo de uma situação social que tem como objetivo o melhoramento da qualidade de ação dentro da mesma e como

finalidade uma compreensão, um melhoramento e uma reformulação das práticas (Coutinho, et al, 2009).

A investigação-ação é vista como um modo de conhecimento que é capaz de dar conta da complexidade das questões em jogo, que procura articular diversas problemáticas e que permite abordar a complexidade de contextos reais, implicar participantes na investigação e produção de saberes, articular a investigação com a intervenção e conhecer, sistematizar, analisar e generalizar aspetos de processos de construção de novos saberes e novas práticas (Benavente 1990). É um tipo de investigação que se perfila em movimentos espiralados de conhecimento, em processos transformativos e colaborativos da aprendizagem, articulando a ação e a investigação, com um diálogo reflexivo da situação em estudo (Viana e Magalhães, 2015).

De uma forma mais simplificada, podemos afirmar que esta metodologia de investigação orienta para a melhoria da prática nos diversos campos onde decorre a ação (Fernandes, 2006) e movimenta três pólos, o pólo da ação, que tem como objetivo o de atingir a mudança social num determinado contexto, o pólo da investigação centraliza-se na procura de dinâmicas atuais e nas intenções dos atores, o último pólo, o da formação, é inerente ao processo de conhecimento da ação, que mobiliza capacidades cognitivas e relacionais dos atores de acordo com os objetivos específicos da investigação (Guerra, 2002). Destes três pólos, o pólo que comanda os restantes é, segundo a autora, o pólo da ação, sendo que existe uma enorme interação entres os três pólos.

Esta metodologia de investigação, como todas as outras, apresenta características que a definem. Estas características vêem a investigação-ação como:

- Participativa e colaborativa, uma vez que a mesma implica todos os intervenientes da ação. (Zuber-Skerritt, 1993)
- Prática e interventiva, pois não está limitada ao campo teórico, intervindo também nessa realidade. (Coutinho, 2005);
- Cíclica, porque a mesma envolver uma espiral de ciclos, promovendo a mudança naquilo que foi descoberto inicialmente. (Cortesão, 1998)
- Crítica, uma vez que não implica apenas um melhoramento das práticas, mas também atua como agente de mudança críticos e autocríticos (Zuber-Skerritt, 1993)

- Auto Avaliativa, porque as modificações são avaliadas de forma contínua, e numa perspetiva de adaptabilidade e de produção de novo saberes (Coutinho et al, 2009).

Na sequência do que foi mencionado sobre a investigação-ação, podemos compreender que a mesma consiste numa estratégia de recolha e análise de dados sobre um problema de investigação específico (Pardal e Lopes, 2011).

A investigação-ação procura, essencialmente, analisar a realidade educativa específica e estimular a tomada de decisão dos seus agentes para promover a mudança educativa, o que implica a tomada de consciência de cada um dos intervenientes de que emerge a construção de conhecimento através do confronto e contraste dos significados produzidos pela reflexão (Mesquita-Pires, 2010).

Consideramos que a metodologia mais adequada para a concretização dos nossos objetivos se alicerça no âmbito da investigação-ação, uma vez que, como já referimos, a mesma valoriza a ação, que, por sua vez, promove a mudança e a investigação que procura compreender a realidade, através de diferentes fases, a fase da planificação, onde definimos um problema e um projeto a concretização, seguindo-se a fase de ação, sendo nesta fase que decorre a implementação e a observação do projeto, depois a fase da reflexão, onde se procede à avaliação. Se o problema em questão não estiver resolvido, volta-se à fase um e assim sucessivamente, como representado na figura 3:

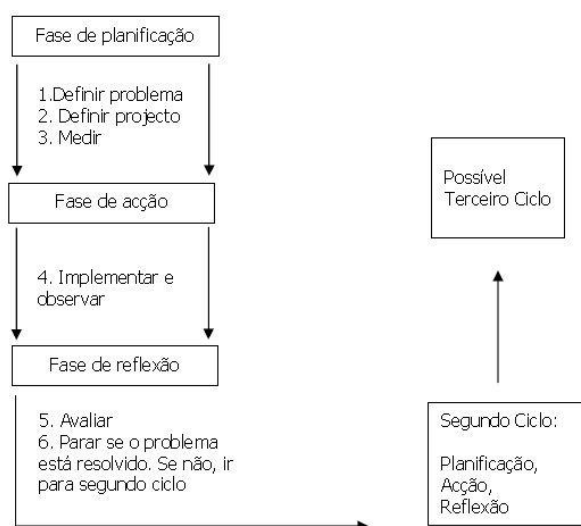


Fig 3. fases da investigação ação apresentada por Kuhn, G. W., & Quigley, B. A. (1997)

[Fonte: Almeida, 2005; (in Fernandes, A. M., 2006)]

4.2.1. Seleção dos métodos e técnicas de investigação/intervenção

Tendo em consideração que a nossa investigação/intervenção é de natureza qualitativa e procura investigar uma nova forma de atuação das instituições em relação às famílias das crianças em acolhimento residencial e acabar com estigmas da sociedade em relação a essas famílias, optamos por métodos e técnicas de recolha de dados qualitativos, nomeadamente a análise documental, a observação, a entrevista não estruturada, conversas informais e diários de bordo. A seguir, fazemos uma breve caracterização dos mesmos, com o intuito de elucidar o porquê das opções que fizemos.

4.2.1.1. Análise documental

A técnica de análise documental pretende identificar informações nos documentos já existentes. É uma técnica de recolha de dados onde o investigador tem a sua disposição vários documentos onde consta informação que pode considerar útil para a sua investigação (Pardal e Lopes, 2011).

Neste estágio, a análise documental foi relevante uma vez que foi a partir dela que fizemos a seleção das famílias que iriam participar no projeto, foi também através dela que ficamos a perceber o modo de atuação de uma CPCJ, o que nos permitiu concretizar este estágio respeitando as diretrizes que os documentos institucionais apresentavam.

4.2.1.2. Observação

A observação é vista como um método que capta os comportamentos no momento em que eles acontecem sem o recurso a um documento ou testemunho (Quiivy, e Champenhoudt, 2005). Este método é um método eficaz devido às vantagens que o mesmo apresenta, pois, para além da rápida captação dos comportamentos e dos acontecimentos dos participantes, também é um método espontâneo e autêntico, relativamente aos dados (ibidem). Esta perspetiva pode também ser confirmada pela perspetiva de Esteves (2008), uma vez que também considera que a observação permite que haja um conhecimento direto das situações no exato momento e contexto onde a situação acontece.

A escolha deste método deu-se sobretudo pelo facto de, ao longo de todo o desenvolvimento do estágio, a observação dos comportamentos dos participantes ser fundamental para as nossas conclusões, sendo que se pode comparar os comportamentos iniciais com as mudanças que podem ter ocorrido.

O uso da observação ocorreu durante todo o estágio, em todas as situações e durante todas as atividades desenvolvidas. Esta observação ocorreu de forma não estruturada, ou seja, não houve um guião do que devia ser observado, cada sessão ocorreu de forma diferente e por isso consideramos que em cada sessão selecionaríamos o que observamos tendo em conta o comportamento do público-alvo.

4.2.1.3. Diários de Bordo

Os diário de bordo tiveram um papel importante na nossa intervenção, constituíram uma forma de prática reflexiva que, para além de avaliar os participantes, também serviu de auto supervisão, porque combinou a ação com a experimentação e a reflexão sobre a ação (Alarcão & Tavares, 2003). Os diários de bordo são interpretados como uma metodologia de investigação, pois são narrativas de relatos de experiências vividas onde se mostra as dificuldades vividas pelos participantes, bem como a forma como estas são resolvidas (Ponte, 1998).

Os diários de bordo, na nossa intervenção, tiveram um papel essencial, foram usados em todas as atividades desenvolvidas. Através dele conseguimos relatar o comportamento das crianças e dos pais face aos problemas apresentados, assim como retirar ilações daquilo que estava pré-formatado nas suas ideias e perceções. O diário de bordo foi uma ferramenta que nos permitiu perceber em que situação é que a nossa situação-problema se encontrava e ter também as perspetivas dos envolvidos, para que o desenvolvimento da nossa investigação fosse sofrendo alterações e/ou modificações da forma como iríamos abordar as próximas atividades.

4.2.1.4. Conversas Informais

A recolha de notas, antes e durante de todo o desenvolvimento do estágio, deu-se através de conversas informais. Conversas informais baseiam-se sobretudo em questões que surgem das interações das pessoas, no decurso do processo de recolha de dados (Patton cit por Mendes, 2012), é aquilo que consideramos importante retirar de uma conversa com qualquer interveniente da nossa investigação, desde as crianças, aos pais, passando pelos técnicos das instituições.

Na nossa intervenção, as conversas informais serviram sobretudo para perceber até que ponto era aceitável, por parte de todos os intervenientes, a realização deste projeto, bem como a importância e relevância do mesmo para, no processo de intervenção da criança, serviram para

a compreensão do desenvolvimento do conceito *de parentalidade emancipatória*. As conversas informais foram realizadas durante toda a nossa intervenção.

4.2.1.5. Entrevistas não estruturadas

A entrevista é uma forma de pesquisa baseada numa conversação entre duas ou mais pessoas, a fim de obter informações acerca de um dado assunto, esta conversação ocorre face a face e proporciona ao entrevistador obter verbalmente a informação desejada (Markoni e Lakatos, 2007).

Existem vários tipos de entrevistas, no contexto do nosso estudo, optamos pelas entrevistas não estruturadas. As entrevistas não estruturadas permitem que o entrevistado tenha liberdade total para desenvolver cada situação na direção que considere adequada (Ibidem). Este tipo de entrevista é uma forma de explorar a questão de forma mais ampla e consoante a informação que vamos obtendo do entrevistado, podendo também, desta forma, guiar a entrevista de acordo com o que está a ser dito. Dentro da entrevista não estruturada optamos pela entrevista não dirigida, que, segundo Markoni e Lakatos (2007), consiste na existência de uma liberdade por parte do entrevistado, onde poderá expressar as suas opiniões e sentimentos e onde a função do entrevistador é a de incentivar, motivar o entrevistado a se expressar.

Achamos que este tipo de entrevista adequado, uma vez que, tratando-se de um público-alvo complicado e inconstante, seria uma forma de cativar e de perceber quais os interesses e perspectivas dos participantes em participar no nosso projeto, deixando-os, no entanto, à vontade para partilhar as suas opiniões e ideias em relação ao problema em questão. Permitiu obter a informação que desejávamos e, ainda, se tornou útil para o prosseguimento do nosso projeto. Também consideramos que, a inexistência de um guião, tornou a entrevista mais informal, transmitindo confiança e segurança ao entrevistado.

4.1.2.6 Análise de Conteúdo

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise de comunicações, que aposta no rigor e utiliza procedimentos objetivos do conteúdo das mensagens e sistemáticos que tem como principal objetivo ultrapassar as incertezas e enriquecer a leitura dos dados obtidos no decorrer da investigação (Bardin, 1997) e compreender criticamente o sentido das comunicações, do seu conteúdo e as suas significações explícitas ou ocultas (Chizzotti, 2006).

Neste tipo de análise, é de ressaltar o caráter social, uma vez que é uma técnica utilizada com intuito de produzir inferências de um texto para seu contexto social de forma objetiva (Bauer e Gaskell, 2002).

A análise de conteúdo é caracterizada como sendo um método específico que parece mais claro e viável, sendo também o mais rigoroso e menos ambíguo (Silva e Fossá, 2013). Para que a análise de conteúdo seja mais valorizada é dada uma importância à utilização do método da observação, contudo não é correto afirmar a observação deve ser considerada fundamental para análise de outros temas de estudo (*idem*)

Neste relatório, a análise de conteúdo é utilizada para na análise e discussão dos resultados.

4.2.2 Plano de recolha de dados

A recolha de dados que usamos durante todo o nosso processo de intervenção foi utilizada com fins diferentes.

A análise documental foi realizada no início do estágio para o processo de recolha das análises de necessidades e para a seleção e caracterização das famílias participantes. Também utilizamos a análise documental para a análise de um estudo de caso, onde estava a decorrer o processo de emancipação parental por parte de uma família, onde 2 jovens estavam acolhidas residencialmente e onde não existia a perspectiva de retorno ao seio familiar sem que houvesse uma emancipação por parte da mãe das jovens.

Neste processo de recolha de informação foi selecionada a que consideramos relevante para a nossa investigação, salvaguardando sempre a identificação dos envolvidos.

A observação foi utilizada durante todo o processo de investigação-intervenção, nomeadamente nas sessões de sensibilização e consciencialização, nas entrevistas. Com a observação pretendemos identificar gestos/expressões caracterizadores dos sentimentos dos envolvidos e na forma como as sessões se estavam a desenvolver, se estavam motivados, se participavam e quais os seus comportamentos em relação aos temas abordados nas sessões, tanto com as crianças como com os pais.

Os diários de bordo foram utilizados para a reflexão da estagiária em relação às sessões de sensibilização e consciencializadas das crianças e das famílias. Nos diários de bordo foram apresentadas as estratégias que foram utilizadas, os comportamentos dos participantes e a análise da estagiária face à forma como as sessões se foram desenvolvendo. Também apresentamos comentários que eram partilhados pelos participantes em relação aos temas que

estavam a ser apresentados. Os diários de bordo serviram também de avaliação das sessões, uma vez que, nas sessões com os pais, no momento da avaliação, os mesmos não queriam participar, afirmando terem “alguma pressa”.

Quanto às conversas informais, as mesmas foram realizadas no início do estágio com o acompanhante da instituição, na seleção das famílias, na seleção das instituições, também foram realizadas nas visitas às instituições de acolhimento das crianças que inicialmente estavam selecionadas para a concretização deste projeto, nestas conversas estavam presentes, as crianças, o técnico de acompanhamento das crianças, o acompanhante da instituição, a estagiária e algumas técnicas da CPCJ que estavam interessadas em conhecer o funcionamento das instituições. Também podemos considerar que foram conversas informais aquelas conversas que surgiam nas sessões, que não estavam diretamente relacionadas com o tema, mas que, de alguma forma, contribuíram para o desenvolvimento do estágio.

As entrevistas não estruturadas foram realizadas num primeiro contacto com os pais das famílias participantes. Na entrevista estava presente o pai/mãe da criança/jovem, a estagiária e o acompanhante, sendo que este esteve presente apenas no início da entrevista, deixando a estagiária com os participantes a fim de criar empatia, e ganhar alguma confiança. Estas entrevistas serviram para ficarmos a perceber qual a opinião dos pais em relação ao nosso *tema-projeto*, bem como ao interesse destes em participar e colaborar mais na vida dos filhos. Também serviu para ficarmos a conhecer o papel que a comunidade tem nas suas vidas e de que forma os mesmos são afetados com isso.

4.2.3 Procedimento de análise de dados

Os dados obtidos com a utilização dos instrumentos referidos foram submetidos a uma análise de conteúdo. Podemos sublinhar que a análise de conteúdo representa uma técnica que tem como finalidade a descrição clara e sistemática do conteúdo de uma investigação (Bardin, 1991). É uma técnica de pesquisa que é usada para a descrição e interpretação do conteúdo de todo o tipo de documentos e textos, que conduz a descrições sistemáticas e qualitativas (no caso da nossa investigação) que nos ajudam a reinterpretar as mensagens que nos foram transmitidas e a atingir uma compreensão dos seus significados (Moraes, 1999).

De todo o conteúdo obtido através das técnicas mencionadas, iniciamos por fazer uma seleção da informação que vinha nos documentos, tanto nos documentos utilizados para a análise de necessidades como os documentos provenientes das instituições onde as crianças

estão acolhidas e dos relatórios que a CPCJ construía em torno do processo de institucionalização da criança/jovem.

Depois de organizada esta informação, foi analisada o que gerou reflexão sobre o que poderia ser feito em torno da mesma, a fim de melhorar os aspetos menos positivos, permitindo-nos pensar na nossa situação problema e no modo como poderíamos delinear o nosso plano de intervenção.

Pensadas a situação problema e a visão mental daquilo que poderia vir a ser o nosso plano de intervenção, começamos as conversas informais, as entrevistas e a observação, a fim de perceber se a estratégia que estava mentalmente delineada poderia funcionar e como poderia ser concretizada. Daqui concluímos que o essencial não era apenas trabalhar a família e a criança/jovem, mas também aqueles que os rodeiam, ou seja, a comunidade em que estão inseridos, pois achamos que estes também influenciam o modo de atuação dos envolvidos.

Depois de delineado o nosso projeto e desenhadas todas as atividades, que consideraram processos de monitorização, procedemos à avaliação e reflexão sobre as mesmas, considerando para isso as notas de campo, a observação, as conversas informais e os diários de bordo, com o intuito de perceber os pontos positivos e os constrangimentos do nosso plano e a aceitação do mesmo por parte das entidades envolvidas (CPCJ-Instituições-Família), a influência do mesmo no processo de institucionalização da criança e o envolvimento dos pais no mesmo.

4.3. Descrição do estágio

Em seguida apresentamos as atividades desenvolvidas no decorrer do estágio, atividades essas que achamos serem relevantes para a intervenção junto das famílias das crianças acolhidas nas instituições. Com estas atividades perspetivamos que as mesmas contribuíssem para o desenvolvimento de competências e capacidades de autonomia e valorização pessoal, constituindo também um contributo para a sensibilização, na comunidade, da importância e relevância da família para um desenvolvimento integral da criança/jovem e vivenciar harmoniosa e perfilada pelo desenvolvimento de pertença coletiva, numa comunidade que vive com o estigma de que as crianças/jovens em acolhimento residencial vivem longe das famílias pelo facto de serem marginais ou de os pais serem maus pais e não apresentarem capacidades para serem pais.

Organizamos as atividades por pacotes de trabalho, que nos permitiram facilitar a organização das atividades em torno do público-alvo de cada um desses pacotes. De seguida,

apresentamos um mapeamento dos pacotes de trabalho bem como das atividades desenvolvidas pela estagiária na CPCJ:

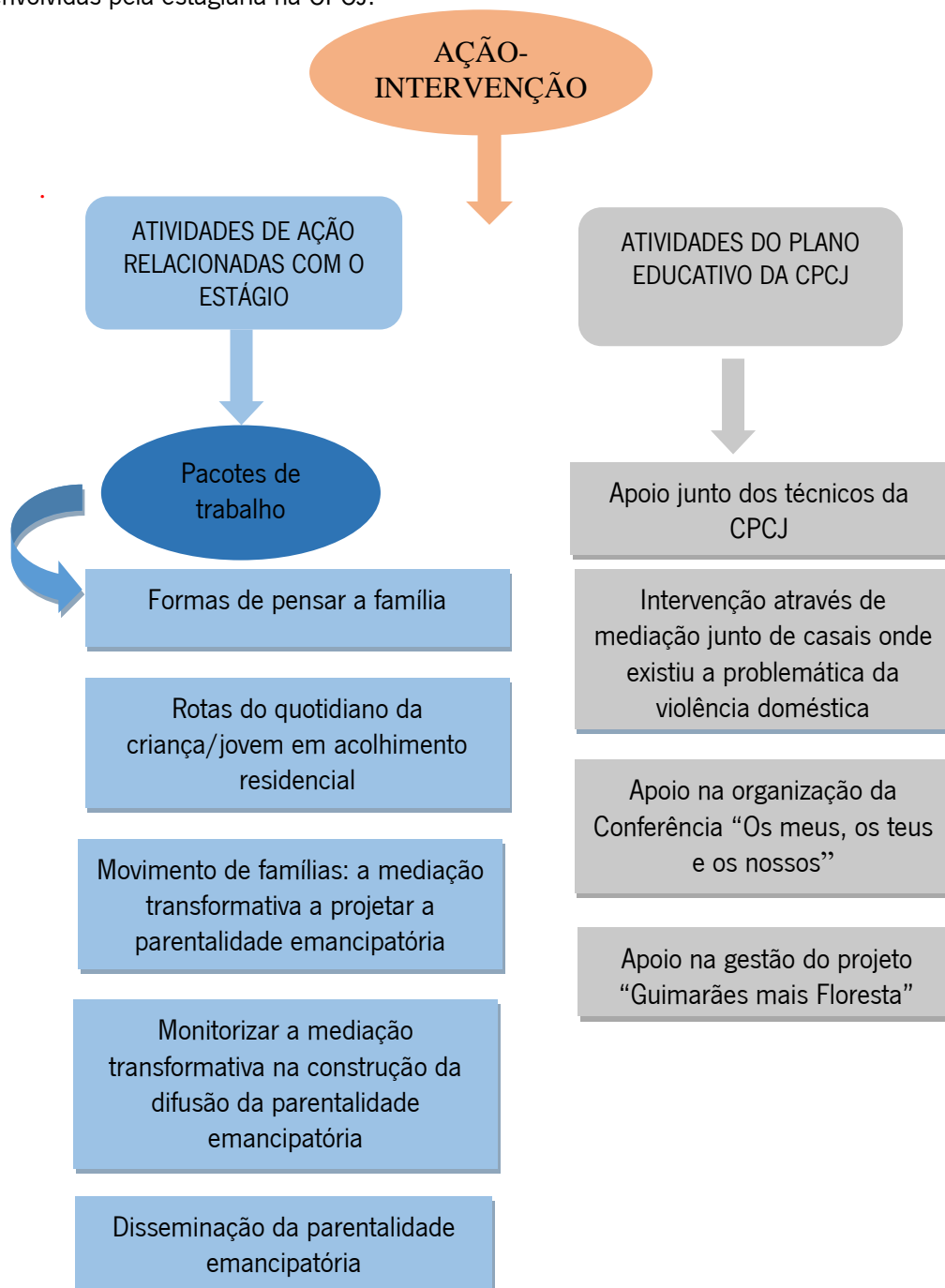


Fig 4. Esquema de ação dentro da instituição

A seguir, apresentamos a descrição de todos os pacotes de trabalho, bem como de todas as atividades desenvolvidas dentro do mesmo, e das atividades desenvolvidas pela estagiária dentro da CPCJ, que, apesar de não estarem diretamente relacionadas com o plano de estágio, contribuíram para a construção de *confiança-integração*, o desenvolvimento da

estagiária enquanto profissional e para a disseminação da área de mestrado em questão, em particular, no âmbito em que intervimos.

4.3.1 Formas de pensar a família

Este pacote de trabalho teve como principal público-alvo a comunidade, e pretendeu dar a conhecer à comunidade a importância da família para o desenvolvimento integral da criança acolhida residencialmente, o papel que os pais têm na vida destas crianças/jovens, o papel das instituições na vida, tanto na destas crianças/jovens como na das suas famílias, e qual o tipo de trabalho que é feito pelas instituições juntos destas crianças/jovens.

Assim, e para conseguirmos concretizar este pacote de trabalho, consideramos importante iniciar com uma contextualização do tema em questão, a família e a sua importância e apresentar de seguida as atividades que foram desenvolvidas. Segue-se agora a apresentação deste pacote de trabalho:

A Instituição de acolhimento residencial – (re) pensar formas de comunicar com as famílias e a comunidade

Este pacote de trabalho, focou, essencialmente, conhecer as famílias de hoje e divulgar, junto da comunidade, a importância da família e envolver a comunidade em ações de sensibilização para o conceito de família.

Nos dias de hoje, o conceito de família não é universal, depende de vários aspetos, tanto da ciência, como do tipo de sociedade, do tempo e da estrutura social (Carnut e Faquim, 2014). As diferentes ciências vêem as famílias de forma diferente, por exemplo, para a psicologia, família consiste num grupo de pessoas que vivem de forma hierarquizada, com ligação afetiva duradoura, mas também pode consistir numa associação de pessoas que optam por conviver por razões de afetividade e que assumem um compromisso de cuidado mútuo (*ibidem*). No que concerne à sociologia, a família é entendida como um grupo que apresenta organizações estruturadas que satisfaçam as necessidades básicas da vida biológica e social, tratando-se de uma unidade social simples, sendo, por essa razão, a instituição básica da sociedade (*ibidem*).

Segundo a Organização Mundial de Saúde, a família consiste num grupo de pessoas que residem na mesma casa e tem um certo grau de parentesco por sangue, adoção ou casamento, tendo um chefe de família, esposa e filhos solteiros (Ahumada e Cochoy, 2008), sendo, por esta razão, o principal agente social envolvido na promoção da saúde e bem-estar (World Health Organization, 1991).

Para Sampaio e Gameiro (1985), a família não consiste apenas em elementos ligados biologicamente, mas a elementos significativos no contexto relacional dos indivíduos. Assim, podemos compreender que a família é um grupo de pessoas onde prevaleça ligações baseadas na confiança, no suporte mútuo, e com o mesmo objetivo, não sendo, por isso, limitado a laços de sangue, casamento, adoção, ou parceria sexual (WHO, 1994).

O quadro que se segue apresenta alguns dos tipos de famílias de onde podemos concluir que a sociedade caracteriza a família, não pelos traços tradicionais, mas pela relação que as pessoas têm umas com as outras, sendo este um fator que leva a que o conceito de família vá sofrendo alterações de acordo com o que se entende aceite pela sociedade:

Quadro 4. Tipos de famílias

Tipo de família	Características
Família Díade nuclear	Duas pessoas em relação conjugal sem filhos (não há descendentes comuns nem de relações anteriores de cada elemento).
Família Nuclear ou Simples	Uma só união entre adultos e um só nível de descendência pais e seu(s) filho(s).
Família Alargada ou Extensa	Co-habitam ascendentes, descendentes e/ou colaterais por consanguinidade ou não, para além de progenitor(es) e/ou filho(s)
Família Reconstruída, combinada ou Recombinada	Família em que existe uma nova união conjugal, com ou sem descendentes de relações anteriores, de um ou dos dois cônjuges.
Família Homossexual	Família em que existe uma união conjugal entre 2 pessoas do mesmo sexo, independentemente da restante estrutura.
Família Monoparental	Família constituída por um progenitor que co-habita com o(s) seu(s) descendente(s).
Família Unitária	Família constituída por uma pessoa que vive sozinha, independentemente de relação conjugal sem co-habitação.
Família Comunitária	Família composta por homens e/ou mulheres e seus eventuais descendentes, co-habitando na mesma casa ou em casas próximas (ex: comunidades religiosas, seitas, comunas, ciganos,...).
Família de	Família em que ocorre a colocação temporária de um elemento

Acolhimento	exterior à família (ex: criança, idoso, amigo, colega,...).
Família Adoptiva	Família que adoptou uma ou mais crianças não consanguíneas, com ou sem co-habitação de filhos biológicos.

(Fonte: adaptado de Caniços 2014)

Como podemos ver no quadro acima, o mesmo não pode ser considerado estático, pois os pensamentos e os comportamentos da sociedade estão em constante transformação, daí serem aceites, cada vez mais, novos tipos de famílias.

A família tem, cada vez mais, um papel determinante na sociedade e a importância que é dada à família está relacionada com o facto de a mesma ser considerado, por muitos, como o principal agente de socialização e de ser a responsável por reproduzir os padrões culturais dos indivíduos. Na perspectiva de Carnut e Faquim (2014), é a família que indica as formas de atuar e de pensar que transformam os comportamentos habituais dos indivíduos e que totaliza a socialização dos seus membros, sendo que destacam três principais momentos para a socialização: a) identificação do núcleo social inicial, que está relacionado com o facto de os pais serem o primeiro núcleo social da criança, sendo os principais responsáveis pelo seu desenvolvimento integral; b) o principal agente é a família que fornece à criança a definição e conservação das principais diferenças humanas, dando-se aqui a interiorização do mundo social em que a criança nasce; c) o momento em que se dá o contacto com os grupos externos às famílias, onde as relações vividas nas escolas e nos grupos de pares contribuem para o desenvolvimento das crianças e adolescentes.

As crianças e jovens são os que mais precisam da família para se desenvolverem de forma harmoniosa e, sem ela, as crianças crescem privadas de bens relacionais de alguma forma crucial para o seu desenvolvimento integral e saudável (Azevedo, 2014). Este problema, normalmente, acontece com as crianças que se encontram em acolhimento residencial, pois, na sua grande maioria, as relações familiares são mantidas apenas por telefone ou num regime de visitas de apenas algumas horas. Desta feita, a convivência familiar dessas crianças deve ser um fator prioritário, para que se evite a separação total da criança da família e evitar problemas associados a essa quebra de relações (Siqueira et al, 2007). As instituições de acolhimento são responsáveis pelo desenvolvimento integral da criança, pelo seu acompanhamento e por satisfazer as necessidades básicas da vida biológica e social das crianças e jovens que nelas se encontram acolhidas, pode e deve ser considerada uma família, não do tipo tradicional, mas uma família que partilha o seu dia-a-dia, os seus problemas, as suas alegrias, a suas tristezas,

as angústias, as suas vitórias, confirmando-se, desta feita, o conceito de família proposto por Sampaio e Gameiro (1985), onde consideram que a família não consiste apenas em elementos que estejam ligados biologicamente, mas também a elementos significativos no contexto relacional dos indivíduos, como dito mais acima neste texto.

Para acabar com a ideia que a comunidade tem, isto é, que as crianças que se encontram em acolhimento residencial não vivem numa família, é necessário esclarecer junto da mesma o funcionamento e o trabalho que as instituições fazem em prol da criança, pois só desta forma será possível esclarecer a comunidade que existe outros tipos de famílias para além daquelas acima apresentadas.

Um dos pacotes de trabalho deste projeto de estágio assenta sobre esse esclarecimento. Não só pretendemos contribuir para transformar o pensamento da comunidade em relação ao funcionamento das instituições, mas também em relação ao conceito de família.

Com este interesse, foram pensadas sessões de esclarecimento que correspondem à descrição das atividades a realizar no pacote “Formas de pensar a família”, correspondente ao trabalho a desenvolver com a comunidade em prol das instituições de acolhimento e das crianças em acolhimento residencial.

Para concretizarmos esse pacote de trabalho foram projetadas três sessões de esclarecimento, a primeira está relacionada com a comunidade e as famílias das crianças/jovens em acolhimento residencial; a segunda envolverá a comunidade e as crianças acolhidas residencialmente, a última envolverá a comunidade com o funcionamento das instituições e da CPCJ.

Com o interesse principal de explorar o constructo *parentalidade emancipatória*, todas as sessões foram monitorizadas.

Com base neste propósito, as sessões estruturaram-se da seguinte forma

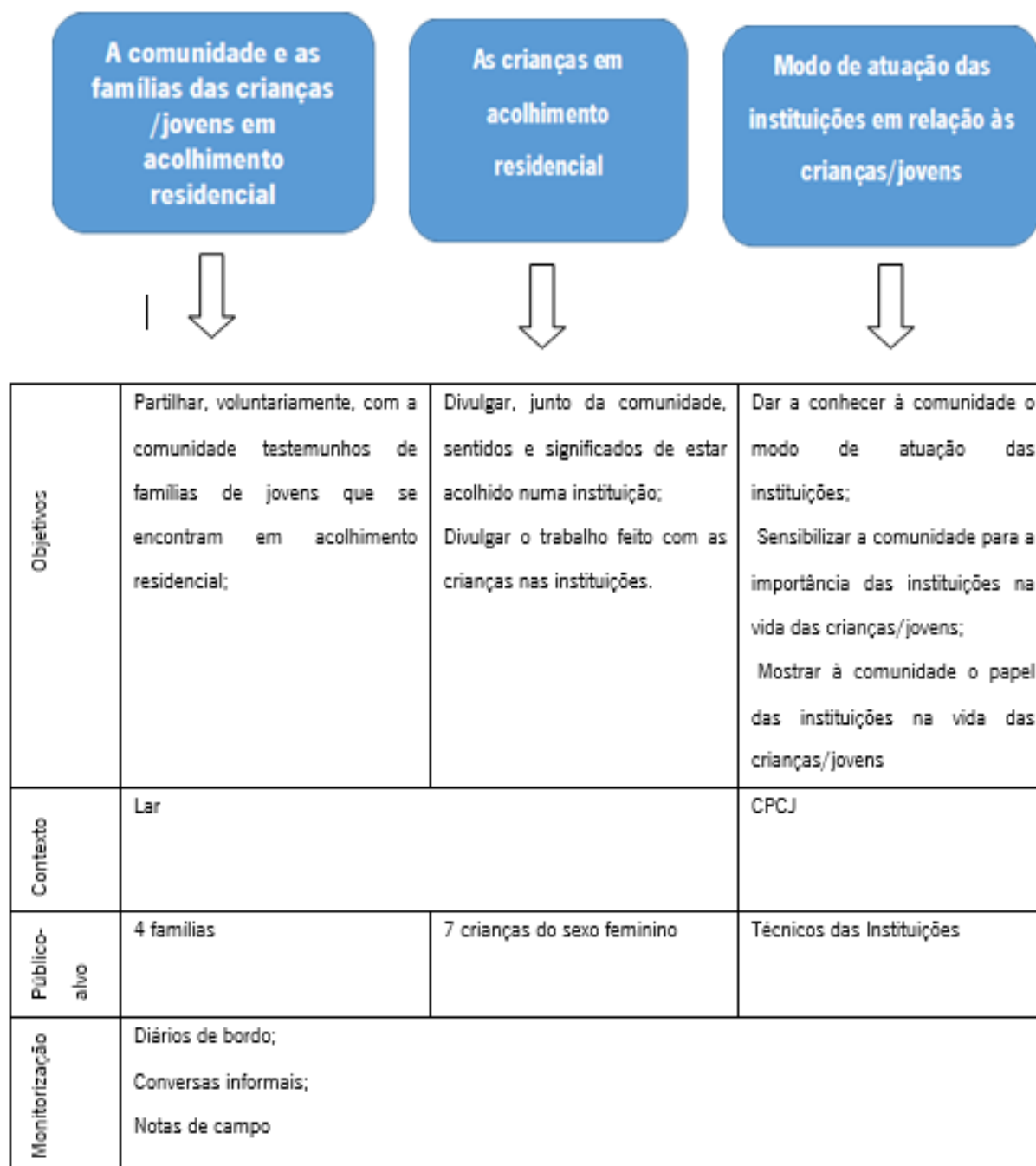


Fig. 5. Plano geral do pacote de trabalho “Formas de pensar a Família”

Neste pacote de trabalho, podemos concluir que grande parte dos objetivos foram alcançados, e apesar de todo a complexidade que as sessões exigiam, consideramos que as mesmas foram concluídas com sucesso, à exceção da terceira sessão, que devido à sua relativa semelhança com um painel existente na Conferência organizada pela CPCJ, considerou-se que seria apenas repetir esse painel, e que traria alguma inconsistência para a instituição, uma vez

que no mesmo ano, e num curto espaço de tempo, iria mover instituições e técnicos das mesmas para uma sessão semelhante à que tinham apresentado nessa conferência. Outro contratempo foi o facto de os técnicos do Lar não poderem abdicar do tempo deles para esta sessão, uma vez que se encontravam numa situação complicada da instituição e a presença deles ser fundamental, sendo que noutra altura se mostrariam totalmente disponíveis e consideraram ser importante esta divulgação do trabalho efetuado por eles juntos destas crianças e jovens na comunidade, chegando a afirmar que poderia mudar e facilitar muito o desenvolvimento das crianças/jovens. Assim, e apesar de tudo, podemos considerar que, apesar de não ter sido concretizada, esta atividade teria um papel fundamental no desenvolvimento deste estágio.

4.3.2 Rotas do quotidiano da criança/jovens em acolhimento residencial

Este pacote de trabalho tem como objetivos principais permitir uma participação mais ativa dos pais das crianças em acolhimento residencial no quotidiano das mesmas, desenvolver competências na família para a autonomia, promover a comunicação da família-instituição, instituição-família e permitir um maior contacto entre as crianças e a família.

A institucionalização da criança ocorre com a intenção de dar resposta às crianças cujos pais, ou familiares mais próximos, por diversas razões, não são capazes de cumprir com as atribuições específicas relacionadas com o cuidado parental, a capacidade de sustentar, de criar, ou de educar os filhos (Calvancante *et al*, 2007). Ainda que seja a família tida como a responsável pelo bem-estar da criança, oferecendo todas as condições para o seu crescimento e desenvolvimento, sendo que a mesma deve constituir-se como um espaço de amor e afeto, onde se desenvolvam interações saudáveis que contribuam para o desenvolvimento do potencial humano (Gabatz *et al*, 2010). Por vezes, existem lacunas familiares que levam a que as crianças sejam entregues a instituições de acolhimento, o que pode constituir um processo que leva a que as crianças/jovens sejam acompanhadas por sentimentos de perda, abandono e solidão, que acreditamos gerar carências afetivas e emocionais no processo de desenvolvimento da criança/jovem (Mota e Matos, 2010). Estes sentimentos são, de alguma forma, colmatados por grupos de pares, professores ou técnicos da instituição de acolhimento, onde as crianças tentam criar ligações fortes, semelhantes às que tinham com as figuras de proximidade. São afetos que acabam a reforçar o sentimento de pertença, desenvolvendo ali um processo de resiliência para que os mesmos encarem a mudança como algo transformador e positivo, deixando de adotar

comportamentos de sobrevivência para passarem a ter objetivos de vida e viver dentro do mais normal possível (*idem*).

Sendo a institucionalização a solução para o desenvolvimento saudável da criança/jovem, uma vez que a sua permanência na família continuaria a constituir um risco, não devemos desvalorizar o facto de ser na família onde se encontra o principal problema da entrega da criança aos cuidados de outros, por isso, é nosso dever trabalhar não só para o bem-estar da criança como também da sua família e na manutenção dos laços familiares entre a criança e os seus familiares, pois a família é o melhor local para o seu desenvolvimento saudável, devendo por isso ser importante existir algum investimento na reorganização familiar e na prevenção da rutura de laços (Gabtaz, et al, 2010).

Ser pai/mãe não é uma capacidade inata, mas sim adquirida com o tempo e com a experiência, não se nasce pai, torna-se pai. É por isso necessário efetuar um trabalho junto dos pais das crianças que se encontram institucionalizadas, uma vez que se atribuem aos pais as responsabilidades da institucionalização das crianças, conferindo nestes comportamentos de negligência para com os seus filhos. É desta forma nossa convicção efetuar um trabalho junto dos pais com o intuito de sensibilizar e desenvolver capacidades para se desenvolverem como pais, tornando-se seres mais responsáveis e adquirindo comportamentos e hábitos de educação e formação, mas também de consciencialização da importância que têm no desenvolvimento da criança/jovem. Com interesse em gerar oportunidade para que possam participar ativamente na vida dos filhos e assumirem o papel de pais, mesmo não lhes estando atribuídas as responsabilidades parentais. Esta proposta procura gerar oportunidades para que os pais possam participar em ações promotoras do contacto com os filhos, assim como ações de formação facilitadoras do desenvolvimento de capacidades parentais capazes de alavancar a sua emancipação enquanto pais. Assim, e atendendo à emancipação como uma forma de (re) aprendizagem, de tornar alguém capaz de concretizar alguma coisa (Adorno, 1995), de se libertar de algo que o prejudica e adotar comportamentos positivos para que passe a ser melhor pai, ou seja, neste contexto, a emancipação da parentalidade está relacionada com o facto de dotar os pais de novos saberes relacionados com aquilo que se entende por parentalidade. Neste contexto, entende-se a parentalidade como qualquer tipo de parentesco que seja capaz de gerar relações familiares, resultantes da convivência quotidiana em família, onde haja a capacidade recíproca para a criação e uso de direitos e deveres, relacionados com o direito de serem respeitados, de receberem carinho, proteção e cuidado (Cabral, 2009), direitos que na

maioria dos casos são quebrados com a institucionalização da criança, que acaba por cortar os laços familiares e passa a ter uma relação mais vazia de sentimentos e emoções.

Com base neste entendimento, a parentalidade relaciona-se com a capacidade dos pais ou pessoas de proximidade com as crianças/jovens exercerem o seu papel parental da forma mais adequada possível para o bom desenvolvimento da criança/jovem, assentando, sobretudo, na definição do projeto de vida, na capacidade de identificar as preocupações relacionadas com o bem-estar da criança/jovem e de ter a consciência de que o que está a concretizar está a satisfazer as necessidades básicas para o desenvolvimento da criança/jovem (Pereira e Alarcão, 2010). Em suma, considera-se que a parentalidade está a ser minimamente adequada quando da mesma resultam atitudes e condutas favoráveis ao desenvolvimento normal da criança/jovem (*ibidem*).

Quando os pais ou as pessoas a quem estão entregues as crianças/jovens não conseguem de todo satisfazer as necessidades dos mesmos, a medida mais gravosa que se pode aplicar é a institucionalização, durante essa institucionalização os pais e/ou familiares ficam privados de exercer qualquer função ou assumir o papel de pais, pois não se considera que os mesmos apresentem competências e capacidades para assumir esse papel. A parentalidade assume-se também como um processo de desenvolvimento dos pais, pois não nascemos formatados para se ser pais, essa dádiva vai sendo adquirida ao longo dos tempos, pela experiência, pelo decorrer da maturação da pessoa (Pereira e Alarcão, 2014).

Quando essa maturação não ocorre de forma natural e espontânea na pessoa, é necessário ajuda, e é aí que entra o profissional, que não deve de todo dizer como é preciso ser ou fazer para se ser um bom pai, mas sim consciencializar os pais, a partir de ambientes de sensibilização facilitadores do desenvolvimento das capacidades entendidas como necessárias, sem ficarem dependentes dos profissionais, para que os pais se sintam mais seguros e confiantes no seu papel de pais (Moro, 2010).

É neste âmbito que se evidencia essencial o trabalho do mediador sociofamiliar. É através da mediação sociofamiliar que se consegue, não só consciencializar os pais para esta questão da importância destes se emanciparem e de desenvolverem capacidades que lhes permita ter os filhos consigo, mas também motivá-los para que queiram tomar o seu lugar na vida das crianças/jovens.

Assim, e para que isso seja possível, propomos três sessões de formação direcionadas para a capacitação e consciencialização dos pais sobre a importância do seu papel enquanto

pais, com valor para a sua emancipação, e outra atividade que consiste na presença mais assídua na vida dos filhos, ou seja, gerar oportunidade aos pais para consciencializarem a importância de continuarem a assumir o seu papel de pais e de se responsabilizarem por algumas das atividades dos filhos, por exemplo, consultas médicas, reuniões escolares e reuniões acerca do projeto de vida.

É nossa intenção que todas estas atividades sejam monitorizadas, com o intuito de perceber o impacto das mesmas na vida dos pais, das instituições e, sobretudo, na vida das crianças.

Com base neste propósito, as sessões estruturaram-se da seguinte forma:



Fig.6. Plano geral do pacote de trabalho “Rotas do quotidiano”

Para além destas sessões, foi ainda realizada outra atividade com os pais em paralelo com as mesmas. A atividade consistiu em destacar a importância de inserir a família no processo de institucionalização das crianças/jovens, atribuindo-lhes funções que permitam aos pais manter um papel ativo na vida das crianças.

Para a concretização desta atividade desenhou-se uma proposta, conjuntamente com o Presidente da CPCJ, com o intuito de ser apresentada à instituição de acolhimento da criança/jovem, preenchida pelos técnicos responsáveis e devolvida à CPCJ, para, posteriormente, ser revista pela família em questão e por nós, a fim de serem avaliadas as ações realizadas, a sua disponibilidade para a concretização e identificar alguma coisa com que não concordam e que não querem participar ou se acham pertinente realizar outra ação que não tenha sido apresentada pela instituição na proposta.

Apresentamos de seguida a proposta que foi enviada para as instituições:

Plano de atividades do pacote de trabalho “Rotas do quotidiano da criança/jovem em acolhimento residencial”

Nome da criança/jovem:	
Técnico responsável na Instituição de acolhimento:	A desenvolver no período:

Esta proposta tem como finalidade a identificação das ações em que a criança/jovem está envolvida, a fim de serem identificadas responsabilidades de acompanhamento que podem ser atribuídas/negociadas com os pais. Com esta proposta pretende-se dar a oportunidade aos pais de continuarem a ter um papel ativo na vida da criança e promover nos mesmos o sentimento da responsabilidade para com os filhos. Para além de ser uma oportunidade para os pais, também se trata de uma oportunidade para as crianças, uma vez que ajuda na prevenção da ruptura dos laços com a família.

O principal interesse desta proposta é facilitar o retorno da criança ao seio familiar

Ações promotoras da parentalidade emancipatória	Objetivos	Recursos Humanos e materiais	Datas (período de realização)	Contextos de realização (Entidades envolvidas)	Identificação dos intervenientes	Produtos (construção de memória do processo transformador)

Observações/inferências:

Neste pacote de trabalho, apenas conseguimos concretizar a primeira e segunda sessão, pois, para as outras duas sessões, não foi possível (dentro do tempo institucional de realização do estágio) obter meios que efetivassem a sua realização. Como referido, o tempo de realização do estágio, a complexidade de atuação das instituições e a demora em obter respostas foram as principais causas. No entanto, consideraram eram exequíveis e importantes para o fortalecimento de relações entre os familiares e a instituição, mas também entre a criança/jovem e a sua família.

4.3.3. Movimentos de famílias: a mediação transformativa a projetar a parentalidade emancipatória.

Este pacote de trabalho teve como principal público-alvo a comunidade e pretendeu envolver as famílias na comunidade, mostrar à comunidade a importância da família e desenvolver o conceito de família junto dos mesmos.

Inicialmente estava previsto a concretização de uma caminhada com as famílias sinalizadas na CPCJ, com os técnicos das mesmas, com as famílias das crianças/jovem em acolhimento residencial, com essas crianças/jovens e com os técnicos das instituições, mas devido à complexidade de atuação da CPCJ e a problemas internos que surgiram durante o ano, a exposição dessas famílias e técnicos revelou-se ser um problema que poderia pôr em causa alguns dos processos, expor crianças/jovens e famílias aos meios de comunicação social, por isto, a estagiária reuniu-se com o acompanhante da instituição e concluíram que o melhor seria adiar esta caminhada e, se as coisas, entretanto, não acalmassem, essa caminhada se daria como anulada, o que acabou por acontecer. Contudo, pensamos em alternativas e conseguimos com que a Casa da Juventude se aliasse a esta atividade e a inserisse junto de um dos seus projetos. A caminha ficou aliada ao projeto “Férias ativas” da Casa de Juventude, que tinha como público-alvo 15 crianças sinalizadas na CPCJ e com quem a estagiária estava também envolvida. Contudo, o público-alvo da caminhada seriam apenas as famílias dessas crianças e os animadores da Casa da Juventude. Por falta de participantes, a caminhada teve de ser novamente anulada, mas ficou a convicção de que a mesma teria sido um sucesso, uma vez que, durante essa caminhada, seriam distribuídas lembranças aos pais, onde tinham sido colocadas frases proferidas pelos pais nos pacotes de trabalho anteriores, nomeadamente sobre o que é ser pai, o que é a família e o que é viver numa instituição.

A mediação aqui, teria o papel de consciencializar a comunidade para o direito das famílias das crianças em acolhimento residencial participar ativamente na vida das mesmas,

promovendo também a sensibilização e reflexão para este problema, sendo que o nosso principal objetivo se focava essencialmente na oportunidade dos pais das crianças/jovens acolhidas residencialmente se mostrarem convictas de que estariam dispostas a mudar tanto o seu comportamento face aos filhos, como também estariam dispostas a trabalhar em conjunto com a instituição de acolhimento para que fosse possível a sua participação no projeto de vida da crianças/jovem.

Aqui também pretendíamos clarificar com a comunidade a sua importância para a contribuição da emancipação parental, ou seja, que o seu contributo, o seu olhar parente este problema, poderia de alguma forma facilitar/prejudicar esta nova forma de intervenção nas instituições, pois é na comunidade que estão inseridas as crianças/jovens e as suas famílias e é através da comunidade que se dão grande parte das nossas aprendizagens, logo, a mesma não deve ser desvalorizada, muito pelo contrário. A sensibilização da comunidade para esta temática é fundamental e gera novas oportunidades aos pais, por isso, é nossa convicção de que a mesma deve fazer parte deste tipo de intervenções.

4.3.4. Monitorizar a intervenção para a construção e difusão da Parentalidade

Emancipatória

Este pacote de trabalho está relacionado com a monitorização das atividades concretizadas nos restantes pacotes de trabalho, bem como permitir avaliar o impacto dessas sessões. O propósito deste pacote de trabalho é que o mesmo é transversal a todos os outros pacotes. Assim, e como já foi referido neste relatório, a monitorização das atividades foi processada, sobretudo, na elaboração dos diários de bordo, na reflexão em torno das conversas informais e das notas de campo.

Devido à complexidade das famílias envolvidas no plano, não consideramos importante criar outro tipo de instrumentos de avaliação, pois debatemo-nos com famílias totalmente desmotivadas nas sessões, embora, aparentemente e no decorrer das atividades, se mostrassem empenhadas, não podemos ignorar que, quando acabavam uma tarefa, estavam ansiosas por sair, daí não acharmos que um outro processo de avaliação fosse situar informação mais útil do que aquela a que já estávamos a aceder. No entanto, na avaliação da sessão com as crianças/jovens, utilizamos uma estratégia diferente, para melhor percebermos o estado de espírito das crianças no fim da sessão e, deste modo, melhor compreender se tinham gostado, ou não, da sessão e do tema debatido. A estratégia utilizada consistiu em levar uma cartolina

com duas caras e cartões vermelhos e verdes distribuídos por cada participante, uma cara representava o sorriso e outra representava a tristeza, cada participante teria de dar o cartão verde, a cara que representava como se sentia ao fim da sessão, e o vermelho, a cara que reprovavam. O resultado foi o que apresentamos na imagem que se segue:

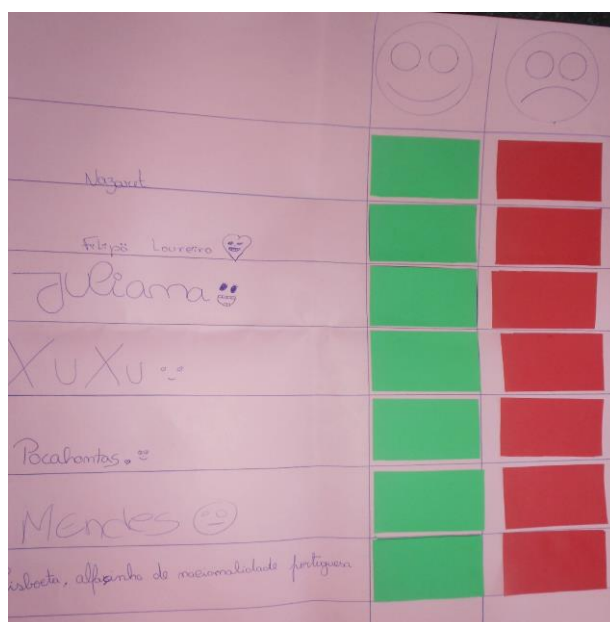


Fig 7. Avaliação da sessão com as crianças/jovens

Quando pensamos em monitorizar, estamos a referir-nos ao processo de análise de implementação do projeto, ou seja, verificamos se o projeto está a correr da forma como foi planificada, bem como a identificação dos seus pontos fortes e/ou fracos, permitindo desta forma fazer as devidas alterações. Neste projeto em concreto, a monitorização assumiu um papel fulcral, pois devido à complexidade e inovação, era fundamental para nós conseguirmos corrigir atempadamente os pontos fracos, mas devido à escassez do tempo de estágio, as alterações que pretendíamos ficavam aquém do esperado. Alterar, significaria retroceder no tempo, tempo esse que não tivemos, por isso tivemos de nos readaptar e jogar com o que tínhamos em mãos. De qualquer das formas, consideramos que os mecanismos de monitorização neste projeto constituem um papel fundamental para que o mesmo se torne real e exequível, contudo, devido à complexidade deste campo de atuação, o processo de monitorização pode tornar-se bastante exigente e frequente, como aconteceu neste projeto.

É necessário que se criem estratégias de monitorização adequadas ao contexto e ao público-alvo, sendo por isso necessária a eficácia e eficiência das mesmas, considerando que as próprias estratégias de monitorização podem sofrer alterações no decorrer de todo o processo se

for clara a ineficiência e ineficácia das mesmas, ou seja, se não for possível obter melhor resultados depois de utilizadas as estratégias de monitorização criadas no primeiro impacto com o projeto.

Resumindo, a necessidade da existência de estratégias de monitorização, ajuda-nos a obter informação fiável acerca do desenvolvimento do projeto, e por isso avaliar com alguma precisão a exequibilidade do mesmo.

4. 3.5 Disseminação da Parentalidade Emancipatória

Este pacote de trabalho foi o responsável pela divulgação do plano de trabalho e projeção da importância do constructo da parentalidade emancipatória para o desenvolvimento da criança, cujo seu principal objetivo consistiu em sensibilizar para a temática em questão.

Neste âmbito, contamos com a nossa participação no Seminário *Currículo, Inclusão e Educação Escolar*, que decorreu na Universidade do Minho e em Paredes de Coura, nos dias 11 e 12 de julho. Este seminário tinha como objetivo a divulgação de ações de investigação, onde investigadores partilharam as suas pesquisas e produções. Participamos com uma comunicação intitulada *Inclusão e Mediação transformativa para a Parentalidade Emancipatória*, inserida no Eixo 2 intitulado *Políticas de Educação Inclusiva*. Deste seminário também resultou uma publicação da nossa comunicação em e-book, que estará disponível em outubro/novembro deste presente ano.

A divulgação deste trabalho torna-se essencial uma vez que é através da mesma que damos a conhecer o nosso projeto e as nossas expectativas face ao mesmo. Não nos chega apresentar um projeto é necessário que haja divulgação do mesmo, não só em meios de formação/partilha de conhecimento entre profissionais da área, mas também na comunidade em que o mesmo vai ocorrer.

A disseminação da parentalidade emancipatória constitui uma mais valia para o nosso trabalho, pois pretendemos sensibilizar, consciencializar e levar as pessoas à reflexão do problema em questão. Os momentos da disseminação da parentalidade emancipatória na comunidade tornam-se em lugares de educação onde se reproduzem novos valores, promovendo o diálogo, a liberdade de olhares (Lima, et al, 2015) das pessoas que vivem em volta do problema. A importância desta disseminação, utilizando a mediação, torna-se fundamental pois é realizada com o intuito de fazer o espetador entender e refletir sobre a

temática em questão, olhando para ela de diferentes formas, e com conhecimento de causa (Alencar, 2015).

Contudo, para que ocorra a disseminação, é necessário ter cuidado com a forma como a mesma é realizada, pois, não queremos impor a ninguém a mudança de pensamento, de atitudes, queremos apenas alertar para a importância da emancipação da parentalidade uma vez que a mesma pode mudar vidas, nomeadamente, a vidas das crianças em acolhimento residencial. Assim, quando estamos a falar de mediar para promover a emancipação, estamos a defender processos educativos que têm de ter em conta os diferentes contextos envolvidos (), processos educativos esses que deve incluir fatos, mas também experiências e emoções, que requer esforços dos envolvidos, mas também se caracteriza como sendo uma experiência social (Lima, et al, 2015).

4.4. Outra participação em atividades do plano educativo da CPCJ

Para além das atividades previstas no plano de atividades do estágio, a participação da estagiária teve outros pontos que permitiram construir a integração na Instituição com confiança, trabalhar a confiança na equipa e crescer a nível profissional. A atuação na CPCJ não se cingiu ao plano de atividades consensualizado, mas também contemplou diversas atividades com o potencial de integração:

- i) *Apoio junto dos técnicos da CPCJ* – como forma de proporcionar mais conhecimento sobre o modo de atuação da CPCJ, foi gerada oportunidade para fazer acompanhamento das técnicas no desenvolvimento dos processos.
- ii) *Intervenção através de mediação junto de casais onde existiu a problemática da violência doméstica* – para a divulgação da área da mediação foi proposto que desenvolvesse um processo de mediação junto de casais. Aconteceu a participação num caso, onde foi possível compreender a exigência da complexidade de atuação a este nível.
- iii) *Apoio na organização da Conferência “Os meus, os teus e os nossos”* – apoio na realização e preparação da conferência anual da CPCJ, onde o tema principal foi a família, o *focus* do projeto de estágio realizado. É ainda de destacar que, nesta conferência, foram abordados temas como *o acolhimento residencial, as novas formas de famílias, as formas de atuação das instituições em relação à criança acolhida.*

iv) Apoio na gestão do projeto Guimarães mais Floresta – a função neste projeto foi fazer a ligação entre as instituições convidadas a participar no projeto e a CPCJ. Perceber se tinham conhecimento do projeto e se estariam interessadas em participar.

4.5. Identificação dos recursos mobilizados e das limitações do processo

Para a concretização deste projeto, alicerçado em princípios de investigação ação, a limitação mais visível, e que se interpreta mais ter gerado entropia o seu desenvolvimento, é o tempo institucional de ação, uma vez que se revelou intenso e insuficiente para obter melhores resultados (maturar as propostas) e, de forma mais efetiva, evidenciar o sucesso desta intervenção que interpretamos e projetamos inovadora e muito significativa. Outra limitação situa-se na complexidade de atuação de uma CPCJ, que, apesar de aceitar muito bem o tipo de intervenção proposta, não consegue, em tempo contínuo e curto, garantir a participação das famílias, uma vez que as mesmas se apresentam de forma muito irregular aos seus pedidos de colaboração.

Outra coisa a ter em causa e também importante são os recursos materiais e/ou pessoais, ou seja, não nos era possível concretizar este projeto se não tivéssemos o apoio das instituições, que por sua vez tiveram de despender técnicos, os técnicos responsáveis pela intervenção das crianças na instituição, e os diretores das instituições que tiveram sempre a palavra mais importante em todo o processo. Também foi necessário o recurso a viagens entre as instituições, que inicialmente pertenciam a diferentes concelhos, Braga, Guimarães e Barcelos, sendo que os pais também necessitaram desse apoio que foi fornecido pela Câmara Municipal à CPCJ.

Capítulo V

5. Apresentação e Discussão dos resultados

Neste capítulo do relatório iremos abordar o processo de intervenção investigação realizado ao longo do estágio, faremos uma apresentação e caracterização dos pacotes de trabalhos, *Formas de Pensar a Família, Rotas do Quotidiano da Criança/Jovem em Acolhimento Residencial, Movimentos de Famílias: a mediação transformativa a projetar a Parentalidade Emancipatória, Monitorizar a mediação transformativa na construção e difusão da Parentalidade Emancipatória e Disseminação da Parentalidade Emancipatória*, bem como a apresentação e discussão dos resultados obtidos.

5.1. Formas de Pensar a Família para projetar a Parentalidade Emancipatória

Apresentamos de seguida o pacote de trabalho *Formas de Pensar a Família*:

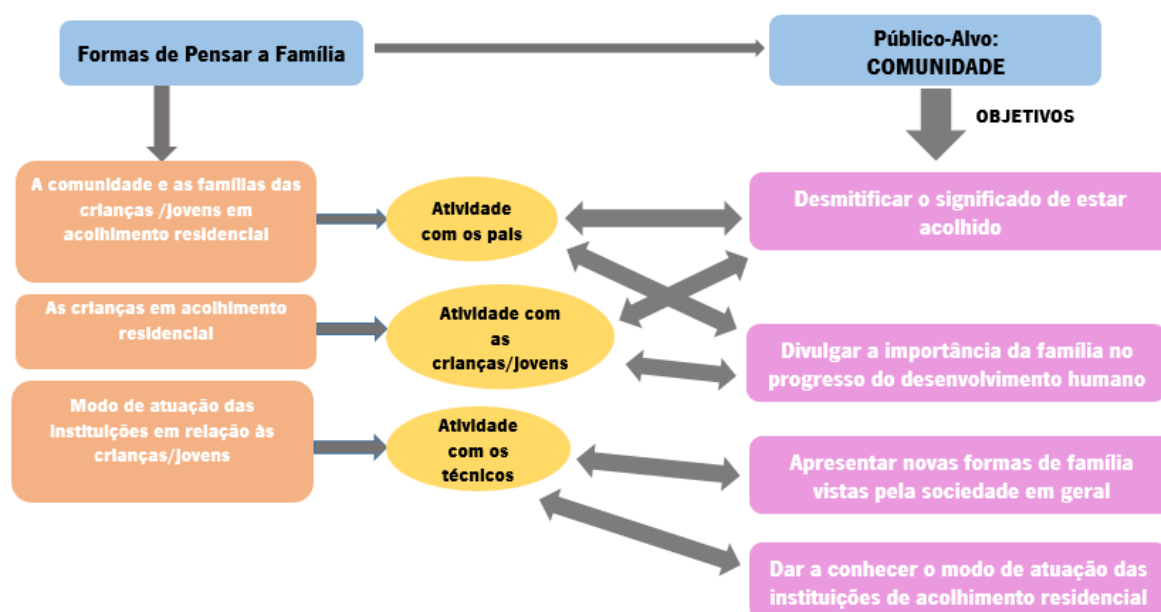


Fig 8. Síntese do pacote de trabalho “Formas de pensar a família”

Como podemos constatar, o público-alvo deste pacote de trabalho foi a comunidade. Nele enquadrámos atividades que viabilizassem satisfazer os objetivos propostos, realizados através de atividades que englobassem os principais atores deste projeto, as crianças/jovens, as suas famílias e as instituições, com o propósito de promover uma maior sensibilização da comunidade, uma vez tratar-se de relatos na primeira pessoa e não de transmissão de informação através de terceiros.

Podemos ver que cada atividade respondeu a um ou mais objetivos do plano. Na primeira e segunda atividade deste pacote, as atividades englobaram crianças/jovens e as suas

famílias, conseguimos trabalhar no sentido da desmitificação do significado de estar acolhido e divulgar a importância que a família tem no processo de desenvolvimento humano. Realizado através dos relatos, não presenciais, uma vez também ser importante salvaguardar a identidade dos participantes, de crianças/jovens e de famílias que vivem nesta realidade social. Com a terceira atividade, não concretizada pelos motivos já referidos, era expectável conseguir satisfazer outros objetivos da intervenção, isto é, apresentar novas formas de famílias vistas pela sociedade em geral. O que percebemos relevante, uma vez que, quem vive e trabalha em instituições de acolhimento residencial, sentem que vivem em família e devem ser tratados pela sociedade como tal, pois funcionam da mesma maneira que uma família tradicional, sendo, neste caso, importante dar a conhecer à comunidade o modo de atuação das instituições, com o propósito de mostrar as semelhanças entre a família tradicional e a de acolhimento residencial e o que é que as mesmas fazem ao nível da intervenção com as crianças/jovens acolhidas e com as suas famílias.

Neste pacote de trabalho, o essencial, foi transmitir à comunidade que existem várias formas de ver a família, e que as crianças/jovens em acolhimento residencial vivem numa. Não é uma família tipicamente tradicional, em que os elementos estão ligados biologicamente, sem ter em conta que o conceito de família hoje em dia depende de diversos aspetos, tanto relacionados com a ciência, como com a sociedade em que estamos inseridos, com o tempo e a com a estrutura social (Carnut e Faquim, 2014).

A função fundamental da família dita tradicional é garantir o desenvolvimento saudável da criança e/ou jovem, o que não é possível naquelas crianças/jovens que estão privadas de bens relacionais que de alguma forma são cruciais para o seu desenvolvimento (Azevedo, 2014), ou seja, as crianças que estão em acolhimento residencial estão privadas do contacto relacional com a sua família, mas não é por esse motivo que deixam de se desenvolver de forma harmoniosa e em contexto estranho, pois durante todo o seu processo de acolhimento residencial, a criança depara-se com semelhanças equiparáveis ao que se vive em famílias ditas normais. Consideremos por isso que viver em acolhimento residencial não é um problema que deve influenciar os comportamentos da comunidade em relação à crianças/jovem, sendo por isso importante desmitificar o significado de estar acolhido junto daqueles que convivem de perto com esta situação.

5.1.1 Resultados

a) A comunidade e as famílias das crianças /jovens em acolhimento residencial

Nesta sessão de sensibilização que envolvia a partilha de testemunhos por parte dos pais sobre o papel da instituição e o seu papel na vida dos filhos, concluímos que os pais compreendem a intervenção da instituição e consideram que a mesma está a ser fundamental para o desenvolvimento dos seus filhos, considerando que é essencial a existência de um trabalho em equipa que exista a valorização de todas as partes envolvidas no processo de acolhimento. Os pais consideram que a instituição “conseguiu com que a filha melhorasse o seu comportamento”, “estão a fazer de tudo o que é possível”, “dão-lhe aquilo que eu não consigo dar e agora estão muito educadas”, “ajuda a minha filha a ultrapassar todos os seus medos e fazem com que ela seja feliz”, “ajuda-os a tornar-se seres humanos excecionais”, onde podemos ver que os pais vêem a instituição como algo positivo e essencial na vida dos seus filhos, pois assumem o papel de pais na ausência dos mesmos. Quanto ao seu papel, os pais consideram que devem “dar valor e colaborar com aquilo que as doutoras fizeram por mim e pela minha filha”, “trabalhar com a instituição para que a minha filha regresse a casa”, “consciencializar a minha filha que tem de estar ali e aceitar as regras, tornando-se mais fácil depois intervir com ela”, “dar o exemplo aos meus filhos, pois sou uma figura que eles valorizam e que tendem a seguir”, aqui podemos ver que os pais também consideram que o seu papel neste processo de acolhimento residencial é importante, pois ainda se vêem como figuras parentais e assim querem continuar a ser vistas, tanto pelos filhos como pela instituição. Mas claro que isto não é geral, exemplo disso foi um dos participantes que consideraram que o seu papel era “apenas esperar que ela volte para mim”, “não vou conseguir ter condições para a ter de volta”, aqui podemos ver que os pais se acomodam com a situação e não se consideram capazes de assumir o papel de pais, atribuindo à instituição toda essa responsabilidade.

Quando questionados sobre se seria importante divulgar os seus testemunhos e o que ali tinha sido dito à comunidade, os mesmos concordaram logo e consideraram que seria uma ótima ideia pois muitas vezes se sentem postos de parte pelos vizinhos e chegam mesmo a ser chamados de “maus pais”, que “não deviam ter tido filhos”, e que estavam a ser castigados por fazerem mal aos filhos. Nesta situação podemos ver que a comunidade está longe de perceber e compreender a realidade destas famílias, e que vêem o acolhimento residencial como algo negativo para os pais e para a criança, não como uma oportunidade de mudar, uma solução para um problema que trabalho em conjunto com as instituições envolvidas pode ser resolvido.

Também podemos constatar através desta atividade que os pais estão dispostos a fazer mais em prol dos filhos com o apoio da instituição.

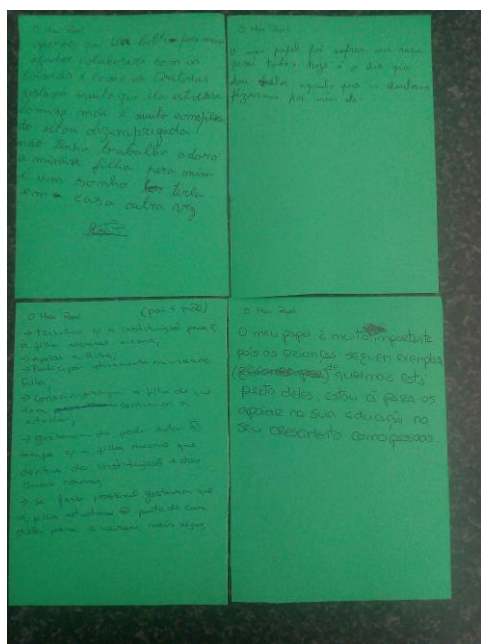


Fig 9. O papel dos pais

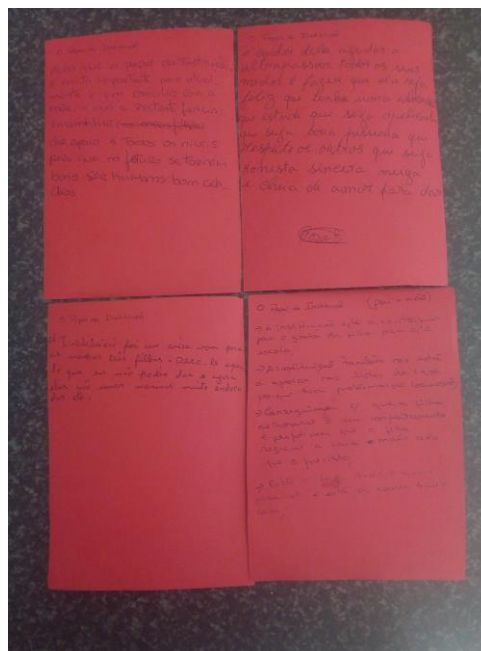


Fig 10. O papel da instituição

b) As crianças em acolhimento residencial

Nesta atividade do primeiro pacote de trabalho que envolveu 7 raparigas dos 12 aos 14 anos e que se encontravam acolhidas na mesma instituição, pedimos que as mesmas nos transmitissem numa palavra o que sentiam por estarem acolhidas na instituição. Notou-se um claro entusiasmo ao tentarem escolher todas uma palavra diferente, para que depois conseguissem fazer a atividade sem repetir palavras. Numa coisa elas foram todas unânimes. Todas elas consideraram que viviam em família, considerado que para se ser família não precisa que seja de sangue. Das palavras escolhidas, AMOR, PAZ, PILAR, CARINHO, ALEGRIA, PARTILHA e UNIÃO, as mesmas afirmaram que era isto que a instituição lhes transmitia e por consequência disso se sentiam em casa, em família, pois para elas uma família deveria partilhar estes mesmos valores.

Quando questionadas acerca do papel que a instituição tinha na vida delas, as jovens afirmaram que a instituição era o porto de abrigo delas e que sabiam as causas de terem ido para lá, por isso só tinham de aceitar e trabalhar, em conjunto com as técnicas, para que as coisas mudança e pudessem regressar a casa, pois e apesar de se sentirem bem na instituição

sentiam que o lugar delas era junto dos pais e viam a instituição apenas como uma alternativa e como uma fase da vida delas que vai passar. Depois, no que respeita aquilo que sentem em relação à comunidade, as mesmas afirmaram que é na escola onde se sentam mais diferentes dos outros jovens e que muitas vezes culpam os professores por isso, considerando que são eles que contribuem em grande parte para esse discriminação, nomeadamente quando falam nas reuniões de pais, onde dizem em frente à turma que no caso delas tem de vir o tutor, levando muitas vezes os outros jovens a questioná-las sobre a situação delas, outra situação onde se sentem colocadas de parte é nas festividades, mais concretamente no dia da mãe/pai em que lhes dizem para fazerem os trabalhos para alguém da instituição. Isto faz-lhes confusão, pois apesar de estarem na instituição não deixam de ter pais e é a eles que elas querem entregar os trabalhos que fazem na escola, não fazendo qualquer sentido na cabeça delas estarem a substituir os pais por alguém da instituição. Consideram por isso que mais que à comunidade em geral, deveríamos mostrar às escolas que viver numa instituição não implica viver num mundo à parte. Que são iguais e que devem de ser tratadas como tal.

Desta sessão, podemos concluir que as crianças/jovens se sentem mais excluídas nas escolas por é onde elas passam a maior parte do seu tempo, e que gostariam de poder mostrar a escola que têm uma vida completamente igual às outras crianças, apenas vivem num sítio diferente, mas com a sua segunda família.

Estas jovens em acolhimento residencial sentem-se “felizardas por termos duas famílias e por vivermos com as nossas amigas”, e consideraram ser importante esta divulgação da opinião delas, pois consideram que só se fazendo ouvir é que vão conseguir acabar com os estigmas da comunidade em que estão inseridas.

Desta sessão resultou uma banda desenhada feita pelas jovens (com o apoio da estagiária), onde transmitiram numa imagem através de fotografia e numa frase qual era o sentimento delas em relação à instituição e ao facto de não serem consideradas como uma família, como apresentado na imagem a seguir:

Família sim, de sangue? não



Fig 11. O que me transmite a minha família

5.2. Rotas do quotidiano da criança/jovem em acolhimento residencial para promover a Parentalidade Emancipatória

Neste ponto do relatório iremos apresentar o pacote de trabalho relacionado com as rotas do quotidiano da criança/jovem em acolhimento residencial. Apresentamos então a figura que caracteriza o mesmo pacote:

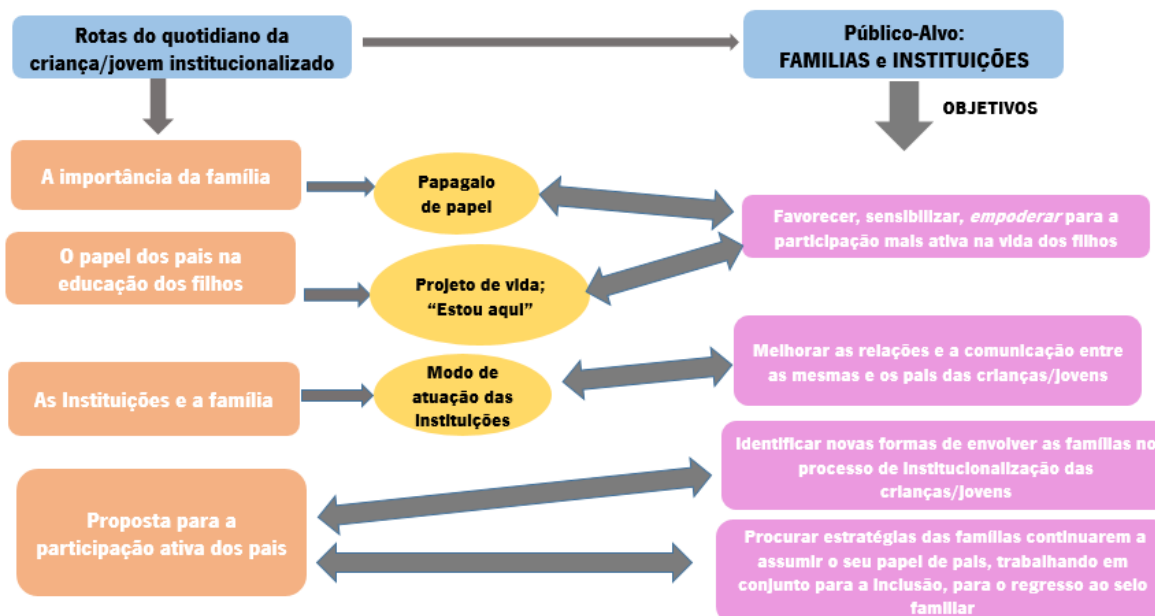


Fig 12. Síntese do pacote de trabalho "Rotas do quotidiano da criança/jovem em acolhimento residencial"

Neste pacote de trabalho o público-alvo envolvido focou a família e as instituições. Sublinhamos que este pacote de trabalho serviu para impulsionar o constructo de Parentalidade Emancipatória, uma vez que foi responsável por sensibilizar e motivar para a mudança de comportamentos e capacidades parentais, com atividades que fizeram refletir sobre a própria atitude e postura, enquanto os filhos estão entregues a instituições de acolhimento residencial. Assim, nas primeiras duas atividades, aquelas que estavam mais focadas para a partilha, reflexão e sensibilização para a mudança, procuramos responder à intenção de favorecer, sensibilizar, empoderar para a participação mais ativa na vida dos filhos. Como referido no ponto 4, há atividades relativas às instituições, que não foram concretizadas. Contudo, a expectativa destacava o contributo para melhorar as relações e a comunicação entre as instituições e as famílias, pois, através dessa sessão, perspetivou-se um esclarecimento em torno da forma como a instituição atua com as crianças/jovens e, neste propósito, provocaria formas de aproximar estas duas partes e de ambas entenderem que, o trabalho a ser realizado com as

crianças/jovens, obteria melhores resultados se existisse um trabalho de equipa e se cada um valorizasse a intervenção do outro, contribuindo, igualmente, para o bem estar da criança.

A última atividade, projetada para ser aplicada ao longo do estágio, por falta de respostas e pela complexidade de atuação da CPCJ, não foi possível efetivar no tempo de realização do estágio. No entanto, é importante destacar tratar-se de uma proposta que configuraria uma nova estratégia de envolver as famílias no processo de acolhimento residencial e, é nossa convicção, apoiaria a emancipação dos pais no desenvolvimento e compreensão do seu papel de pais, uma vez facilitado o continuarem a assumir o seu papel de pais na vida dos filhos, mantendo as responsabilidades parentais que teriam se a criança estivesse em casa. Esta possibilidade, evitava uma rutura de laços entre a criança/jovem e a sua família e, ainda, promovia uma valorização do papel de pais, problematizava a aceitação do acolhimento residencial e destacava, na família, a importância de mudança e de (re) aprendizagem do que é ser pai/mãe.

É neste pacote de trabalho que se deve dar a emancipação parental, ou seja, é através destas estratégias que deve ocorrer a (re)aprendizagem dos pais, destes adquirirem capacidades parentais suficientes para voltar a ter os seus filhos na sua casa, é aqui os pais vão aprender a tornar-se pais. Com estas estratégias é possível para os pais exercerem o seu papel parental de formas mais adequada possível, e que se sensibilizem e tomem consciência do que é necessário para satisfazer as necessidades das crianças/jovens (Pereira e Alarcão, 2010).

Por isso, quando os pais não tenham essa consciência é necessário ajudá-los, e é nossa função consciencializar os pais e dar-lhes a oportunidade de desenvolver capacidades para que os pais se sintam capazes, confiantes e seguros no seu papel (Moro, 2010).

Sendo a família a primeira rede de apoio da criança, que se inicia logo que a mesma nasce, é vista como sendo um sistema onde há interação e dinamismo que envolve atividades, papéis e relações interpessoais (Siquiera e Dell'Aglio, 2006), sendo por isso a que tem o principal papel mais importante na vida da criança e deve por isso ser mantida por perto e trabalhada para que as suas relações melhorem de dia para dia. Quando uma família não tem a criança/jovem a seu cargo é porque alguma coisa está a falhar e é então o nosso propósito trabalhar essas lacunas para que o regresso da criança ao seu seio familiar ocorra o mais rápido e melhor possível, por isso, não basta trabalhar os comportamentos, atitudes e outros aspetos das crianças/jovens, é também essencial trabalhar a família.

É então função deste pacote de trabalho a emancipação parental e a consciencialização das instituições e comunidade para a importância da presença das famílias no processo de acolhimento residencial da criança.

5.2.1 Resultados

a) A importância da família

Nesta sessão estiveram presentes 3 mães e foi trabalhada essencialmente a importância da família e da instituição para o desenvolvimento integral da criança e as responsabilidades parentais a ter quando se contribui para a formação de uma criança. Assim, e através de um papagaio de papel, foi pedido aos pais que refletissem sobre o que poderia significar esse papagaio tendo em conta que estávamos a falar sobre a família e as responsabilidades dos pais para com os filhos. Não foi difícil para os pais chegar a ideia que estávamos a espera, pois quando lhes pedidos para refletir sobre o significado do papagaio uma das participantes chegou logo a ao facto de o papagaio poder significar a sua filha e o cordão preso ao papagaio poderia significar o que era transmitido pelos pais aos filhos e que os fizesse voar (crescer livremente), sem caírem, mas se caíssem terem alguém para os fazer voar novamente.

Depois desta reflexão, foi dada aos pais instrumentos para que eles construíssem um papagaio de papel e colocassem em cada parte desse papagaio o que achavam essencial transmitir aos filhos para que eles voassem da maneira mais segura possível. Assim, os pais consideraram que para que os filhos crescessem em harmonia era preciso ensiná-los a respeitar, a amar, a serem autónomos, a ter autoestima, a valorizar, a sentir necessidade de crescer, a estudar para garantir um futuro melhor, a obedecer a quem está a fazer algo por eles, a ter vontade de voar. De seguida questionamos os pais sobre a importância que teria para eles continuar a transmitir isso aos filhos mesmo eles se encontrando na situação em que se encontram, os pais afirmaram que muitas vezes os filhos não sentem que os pais lhes devam transmitir essas coisas, pois afirmam que não é com eles que vivem e que, portanto, não são obrigados a tal. Atribuem aos pais a obrigação de lhes satisfazer as necessidades todas como forma de compensação por estarem longe deles. Não os vêem como educadores, para as crianças a educação deles está a cargo da equipa técnica e educativa da instituição. Os pais lamentam esta situação e gostariam de poder mudar isso, pois os acham que os filhos os vêem apenas como amigos e não estão a conseguir fazer nada para contornar isso.

Por fim, questionamos os pais acerca do que deveria ser feito com um jardim, se esse jardim fosse o seu filho, os pais logo chegaram a conclusão que teriam de dar todo de si e cuidar deles, possibilitando assim que eles crescessem cheios de força e vida, seres responsáveis, educados e com futuro promissor. Desta sessão podemos concluir que os pais reconhecem a importância que fazem aos filhos, não só para ajudar na educação e na sua formação enquanto pessoas, mas também a nível emocional. Para os pais, as crianças estão a ser educados por terceiros e isso está a contribuir para a rutura de laços familiares, considerando no entanto que quando estão com os filhos os mesmo afirmam sentir a falta deles durante a semana mas as suas atitudes muitas vezes não são de filho, mas sim de uma pessoa que conhece e valoriza, mas não lhes atribui qualquer responsabilidade de educar, isto pode ser visto como um problema uma vez que no futuro e quando a criança regressar a casa o processo vai ser mais difícil se a criança não se sentir em família, se as crianças não virem nos pais uma força de autoridade sobre eles, alguém que tem alo a dizer sobre o seu projeto de vida.

Aos pais consideram que a família e deveria ter um papel mais ativo na vida dos filhos pois consideram ser fundamental a sua presença mais assídua a todos os níveis, educativo e emocional, evitando desta forma a rutura de laços familiares e contribuindo para o seu desenvolvimento mais saudável e junto daqueles que vão estar sempre ligados, independentemente do que possa vir a acontecer no futuro.

Ao fim da sessão, os pais quiseram levar os papagaios de papel com eles e partilharam connosco que iriam colocar o papagaio de papel num sitio especial e olhar para ele sempre que lhes parecer que as coisas não estão a correr bem. A imagem a seguir apresenta um dos papagaios de papel elaborado por uma mãe na sessão.

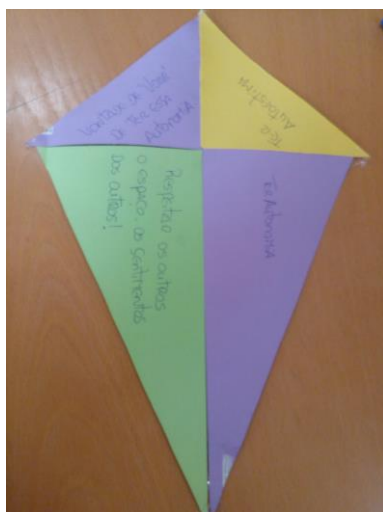


Fig 13. Papagaio de papel elaborado por uma das mães

b) O papel dos pais na educação dos filhos

Nesta sessão estiveram presentes 3 mães, e teve como principal objetivo a sensibilização dos pais para a importância da criação de um projeto de vida para os filhos, bem como trabalhar com os pais a sua importância para a formação da criança enquanto ser humano e promover a capacitação dos pais para a educação dos filhos.

Assim, foi pedido aos pais que pensassem num projeto de vida e no que isso poderia significar.

Com a ajuda da estagiária foi criada uma definição de projeto de vida e transcrita para uma cartolina que serviu depois de suporte para a atividade seguinte. A definição que os pais consideraram caracterizar melhor um projeto de vida é: documento detalhado com todas as decisões, intenções, esperanças e sonhos para o futuro, com alternativas e consoante o gosto pessoal dos nossos filhos. Aqui conseguimos ver que os pais estão conscientes daquilo que é um projeto de vida bem como da importância de uma para o desenvolvimento dos filhos, seguido então por coisas previamente pensadas e construídas. Os pais também vêm que o projeto de vida dá uma maior clareza quanto às prioridades a serem tomadas pelos filhos e dos passos que vêm a seguir. A mãe de uma das crianças chegou a partilhar connosco que agora, em setembro, a filha voltava para casa teria a obrigação de se reunir com ela e pensar num projeto de vida, pedindo também para isso a ajuda dos técnicos que até agora tinham acompanhado a filha e teriam já um projeto de vida estipulado. Com esta atitude podemos ver que os pais também sentem a necessidade de obter apoio por parte da instituição em questões que estão relacionadas com os filhos, não se sentindo confortáveis em fazer as coisas sozinhos, daí acharmos ser essencial que a instituição adote uma postura mais interventiva ao nível da família e na preparação parental para o regresso a casa.

De seguida foi pedido aos pais projetarem um projeto de vida para os seus filhos e aqui notou-se a sua dificuldade, pois os projetos de vida apenas consistiam na formação escolar, nenhuma das mães presentes conseguiu elaborar um projeto de vida além da escola, e também podemos ver que a educação para esses pais termina no 12º e já com perspectivas de que os filhos no 10º ano sigam para um curso de formação profissional, tendo dado com justificação conversas que tinham tido com os filhos e estes lhes mostraram interesses em seguir certos cursos profissionais para depois não terem que ir para a universidade. Daqui podemos ver que os pais apesar de valorizarem o que os filhos pretendem, conformam-se com isso e não tentam consciencializar os filhos para a importância de seguir um curso superior, alias, viu-se

claramente nos pais que também eles não consideram ser importante prosseguir os estudos, mas sim concluir a escolaridade obrigatória e ir trabalhar. Também podemos retirar desta atividade que estes tipos de sessões são importantíssimas para os pais, pois não só os consciencializamos para a necessidade da presença deles na vida dos filhos como também ficamos a perceber que tipo de relação existe entre os pais e os filhos e quais as aspirações dos pais em relação aos filhos.

Na segunda atividade desta sessão, foram distribuídos aos pais cartões, onde estes teriam de colocar o que consideram ter enquanto pais e o que consideram ser fundamental ter enquanto pai. No primeiro cartão, podemos ver que os pais se consideram duros, mas que ao mesmo tempo acedem com muita facilidade aos pedidos dos filhos como forma de compensação, que são meigos e carinhosos, atentos, que têm a capacidade para chamar os filhos à razão, que lhes tentam passar valores morais, consideram-se pais razoáveis, mas que têm consciência que não são pais suficientemente bons. Desta parte da atividade dá para ter uma noção do que os pais têm consciência do tipo de pais que são, bem como da necessidade de mudar algumas coisas, mas não se consideram ser pais suficientemente aptos para ter os filhos com eles, pois não conseguem impor regras, nem têm consciência da sua importância, sendo que uma mãe nesta situação justificou que em casa não há necessidade de ter regras, pois para regras já basta as da instituição, também conseguimos ver que os pais atribuem as maiores responsabilidades e obrigações à instituição, pois é lá que os filhos passam a maior parte do seu tempo e se sentem impotentes em relação à educação dos filhos.

No outro cartão, os pais tiveram de colocar o que consideram ter para se ser um bom pai. Esta parte da atividade foi mais complicada, pois os pais não conseguiam responder, uma vez que não conseguiram separar a parte do que são enquanto pais e do que acham que se deve ter para ser um bom pai, e também não conseguiram separar esta ideia ao facto de ter os filhos na instituição, chegando a dizer que para se ser um bom pai teriam de aceitar o facto de não ter os filhos com eles e transmitir isso aos filhos, pois achavam que dessa forma estariam a diminuir o sofrimento dos filhos e não lhes criar expectativas sobre a sua saída, também consideraram que para se ser um bom pai teriam de dar aos filhos a liberdade necessária para que estes se adaptassem na instituição e não tivessem problemas com isso, pois consideravam que nada poderiam fazer para os tirar dali e que o melhor era deixarem a instituição tomarem o seu lugar. Ou seja, nesta atividade deu para ver que os pais consideram que para se ser bom pai, na situação deles, é aceitar e levar os filhos a aceitar também o processo de acolhimento

residencial, acreditando que assim estariam a facilitar a vida dos filhos e a permitir que eles crescessem com quem realmente sabia. Podemos então ver, que os pais por mais que queiram estar presentes na vida dos filhos, não o fazem porque não há um formas de o fazer e o que lhes resta é aceitar e afastar-se para que os filhos se adaptem à situação e não sofram com isso. Esta ideia que os pais têm, deve-se essencialmente ao facto de apenas poderem ver os filhos a determinados dias da semana e durante poucas horas, sentindo-se assim sem forças e sem meios para mudar isso pois custa lhes ter que deixar os filhos quando a hora da visita acaba e sentem que apesar de eles também sofrerem com isso, quem sente mais são os filhos e que isso em nada facilita o acolhimento residencial, criando muitas vezes a revolta, angustia e sofrimento aos pais que acabam por aceitar e nada fazer para mudar isso pois não acreditam que seja possível e não querem criar falsas expetativas, tanto neles, como nos filhos.

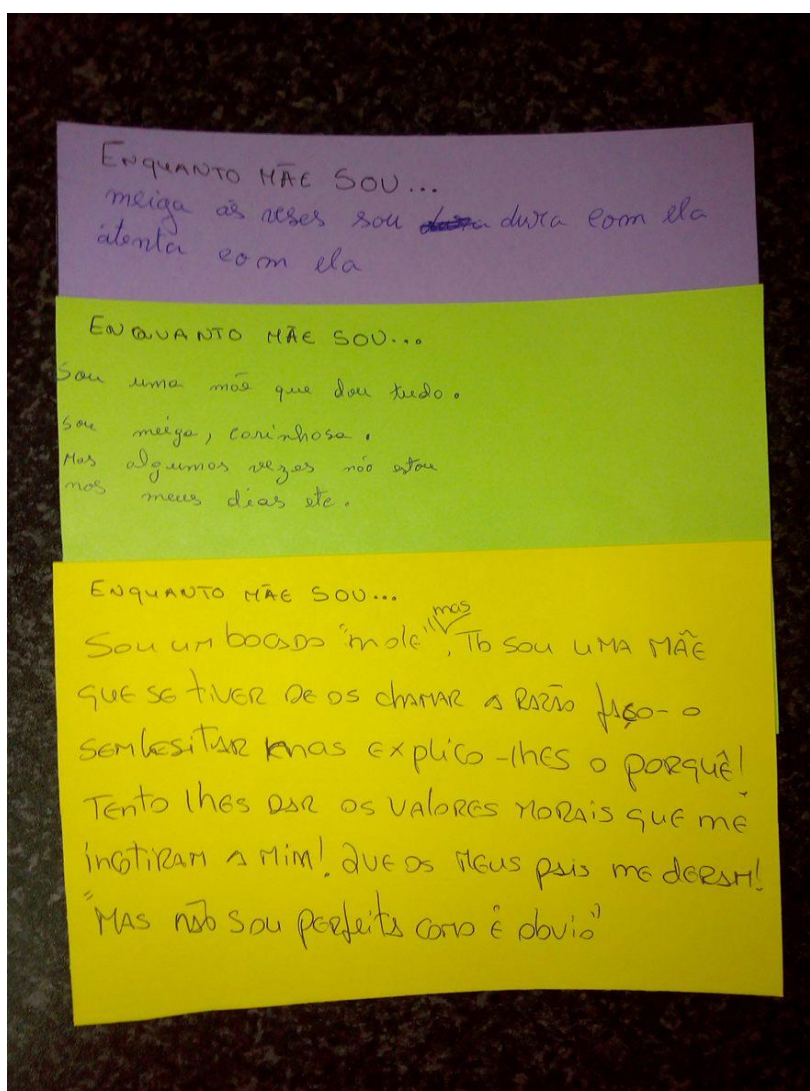


Fig 14. Características que consideram ter enquanto pais

c) Rotas do quotidiano da criança/jovem em acolhimento residencial- estratégia de intervenção

Esta estratégia consistia na facilitação e na promoção da participação ativa dos pais na vida dos filhos promovendo desta forma a emancipação da parentalidade. Apesar de a mesma não ter sido finalizada, por falta de tempo, a mesma foi apresentada às instituições e às crianças/jovens e aos pais, e daí podemos concluir que a mesma foi aceite a vista como uma oportunidade de intervenção facilitadora do processo de desenvolvimento da criança/jovem e da sua família. Todas as instituições onde apresentamos esta intervenção se mostraram interessadas em a desenvolver junto das crianças que a estagiária juntamente com o acompanhante da instituição tinham selecionado como sendo indicadas para a sua aplicação. Numa das instituições, mesmo antes de ser apresentada a estratégia e até mesmo a área de intervenção, foi-nos dito pelo técnico de acompanhamento do jovem que havia uma necessidade de mediação entre o mesmo e a família pois era importante a sua reaproximação uma vez que o regresso do jovem a casa estava previsto para breve e o jovem já tinha 18 anos, sentindo que haviam ali conflitos que teriam de ser resolvidos antes e o mesmo regressar para junto dos pais para que esse regresso corresse bem e da melhor maneira possível, na situação deste jovem não foi possível concretizar nada porque mesmo abandonou a instituição muito pouco tempo depois desta reunião.

Numa outra situação, em que também nos dirigimos à instituição, a jovem em questão também já tinha 18 anos, mas era essencial existir este tipo de intervenção pois a relação com a família não era fácil e poderia culminar num grande desentendimento entre a mãe e a filha. Nesta situação também não nos foi possível intervir pois a jovem também abandonou a instituição pouco depois.

A situação que seria mais viável e mais perspectivas foi a de um jovem com 14 anos, onde o regresso a casa não estava previsto nem sequer estava posto em casa naquele momento. Aqui a mediação serviria mais de aproximação entre mãe e filho e de valorização do papel de mãe, uma vez que o jovem não vi-a a mãe como a figura maternal no seu pleno papel. Esta situação também não foi possível levar a cabo, pois a instituição que se mostrou interessava e disposta a colaborar não nos apresentou uma resposta atempada e não nos foi possível iniciar a estratégia, caso contrario, iria ficar a meio e não consideramos ser uma boa opção pois teríamos de parar a intervenção a meio e não é considerável saudável para o desenvolvimento do jovem havendo ali mais uma vez a rutura de laços.

O último caso foi de uma jovem, onde a instituição viu a intervenção como uma mais valia pois sentiam que pai e filha apresentavam naquele momento papéis trocados, ou seja, onde a filha parecia o pai e o pai a filha. Quando questionamos a jovem, a mesma relatou-nos que esta intervenção não iria valer a pena e que só estaríamos a perder o nosso o tempo, pois não a considerava útil, mas que se quiséssemos estaria disposta a participar nela na mesma. Esta intervenção também não foi possível iniciar pois não conseguimos entrar em contacto com o pai atempadamente.

Nos restantes, jovens e quando recebemos os pais, os mesmos mostraram-se interessados e disponíveis para participar na intervenção, considerando ser uma mais valia para a sua aproximação aos filhos e conseguir estar a participar mais e ter o papel de pais que lhes foi retirado quando os filhos foram entregues à instituição.

De todo o trabalho que estava a ser desenvolvido para a concretização desta nova forma de intervenção, concluímos que existem fatores que podem comprometer a nossa atuação, nomeadamente a idade o jovem, quanto mais próximo da idade dos 18 anos o jovem estiver, mais corremos o risco da intervenção não ser levada até ao fim, pois quando completam 18 anos os jovens já podem querer sair da instituição e ninguém os pode impedir, outro contratempo que pode aparecer é a distância a que a instituição onde os jovens estão se encontra relativamente a casa dos pais, pois os mesmos podem não ter meio de deslocação próprio ou até não ter condições económicas para se deslocar com regularidade à instituição dos filhos. Uma outra coisa a ter em conta na concretização desta intervenção é que a mesma não pode ser usada em todas as situações, as mesmas têm de ser avaliadas e muito bem ponderadas, pois cada caso é um caso e existem situações onde esta proximidade não é possível, isto também pode trazer problemas para jovens que estão nessa situação e vêm outros jovens a ter essa oportunidade de verem os pais a assumir responsabilidades para com os filhos, e pode criar mau estar e até mesmo desilusão, tristeza e angústia por parte dos jovens que não tem essa possibilidade, daí ser também importante existir uma equipa multidisciplinar que saiba como atuar nessas situações.

5.3 Movimentos de Famílias: a mediação transformativa a projetar a parentalidade emancipatória.

Neste ponto do trabalho iremos apresentar o pacote de trabalho responsável pelo movimento de famílias, onde a mediação tem como função a projeção da parentalidade

emancipatória na comunidade. Assim, apresentamos a seguir, a imagem que caracteriza esse pacote de trabalho:

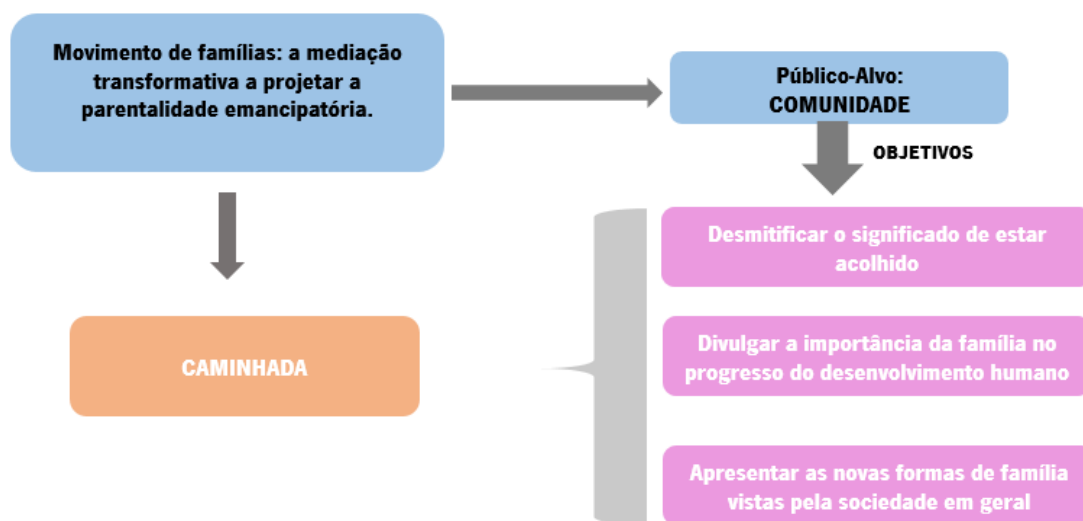


Fig 15. Síntese do pacote de trabalho “Movimentos de Famílias”

Este pacote de trabalho projetou a criação de um movimento de famílias, que, em conversação com a orientadora, a estagiária e o acompanhante da instituição, consistiria numa caminhada que envolvesse a CPCJ e as instituições, com convite alargado à comunidade em geral. A caminhada foi agendada e divulgada nas instituições, no entanto, devido a constrangimentos internos, a mesma não pode avançar. À procura de ultrapassar os constrangimentos, tentamos realizar a caminhada com o suporte de outra instituição, com adaptação de datas e formato, para salvaguardar expor os utentes da CPCJ, a caminhada foi reagendada para a semana das férias ativas das crianças da CPCJ, com um pacote de atividades orientadas para a sensibilização. Contudo, não foram reunidas as condições que efetivasse a sua realização, conforme já referido neste relatório. Contudo, devido à escassez de participantes a mesma não foi possível realizar.

A criação de um movimento de famílias é essencial pois não só serve para consciencializar os pais e as instituições como a comunidade onde os mesmos estão inseridos, onde se considera que é a comunidade o principal agente de socialização, dessas famílias e crianças/jovens. Este pacote de trabalho foi criado por considerarmos ser essencial para o desenvolvimento de forma harmoniosa das crianças a sua socialização a não privação das mesmas de bens relacionais, tanto com a família como com a comunidade em que se encontram inseridas (Azevedo, 2014).

Neste ponto de trabalho, responsável pela a apresentação e discussão dos resultados obtidos, serão apresentados os resultados obtidos em cada pacote de trabalho, assim iniciamos por apresentar os resultados obtidos no pacote de trabalho, *Formas de Pensar a Família e Rotas do cotidiano da criança/jovem em acolhimento residencial*.

Capítulo VI

6. Considerações Finais

Neste sexto ponto do relatório será abordada a importância e contribuição da mediação sociofamiliar no processo de intervenção numa CPCJ, e o impacto do estágio nas diferentes dimensões, pessoal, institucional e académico.

6.1. A mediação sociofamiliar numa CPCJ

O trabalho que é feito numa CPCJ deve ser multidisciplinar, de forma a englobar múltiplas áreas de intervenção social, onde a mediação sociofamiliar assume relevância. Mais que um trabalho em rede, com as diferentes instituições do conselho, a formação dos técnicos reclama que seja especializada e diferenciada, por forma a facilitar diferentes formas de atuação e diferentes olhares sobre o problema em questão, possibilitando por isso, a identificação de mais variadas soluções para a questão problema do processo em análise.

A considerar a complexidade de problemáticas com que uma CPCJ se depara, e os diferentes tipos de famílias com que a mesma lida, a mediação sociofamiliar deve ser vista como uma importante área de intervenção nesta instituição, uma vez que o seu foco vai muito além das crianças e jovens e suas famílias sinalizadas, como estando em risco ou perigo (Magalhães e Silva, 2016). A mediação sociofamiliar, neste tipo de instituição, facilita e promove a comunicação entre os elementos de uma mesma família e do sistema social e de proteção, como é o caso da CPCJ, favorecendo, deste modo, as relações e interações entre os diferentes sistemas, colaborando assim no desenvolvimento equilibrado das crianças e jovens em acolhimento residencial e apoiando o (re) estabelecimento de laços afetivos entre a família (ibidem).

A mediação sociofamiliar reflete-se na intervenção, tendo em consideração todos os agentes envolvidos, desde a família, a criança, a instituição, facilitando o processo de intervenção.

6.2. Retrato do impacto do estágio:

Neste ponto do relatório iremos abordar em diferentes dimensões do estágio, iniciando pela dimensão pessoal, onde será abordado a contribuição do estágio para o crescimento pessoal e profissional da estagiária, a dimensão institucional, que reflete sobretudo a contribuição do estágio para a CPCJ, e a dimensão do conhecimento na área de especialização,

onde abordamos a contribuição do estágio para o crescimento/divulgação da área de especialização do mestrado.

6.2.1. A dimensão pessoal

No plano pessoal, este estágio gerou oportunidades para aprender várias coisas, o que o torna uma experiência gratificante e de grande crescimento pessoal e profissional também. Todas as adversidades que foram surgindo, todos os problemas para os quais nem sempre foi fácil encontrar soluções, todas as vezes que que foi necessário reiniciar e reconfigurara as propostas, devido à complexidade das famílias e às suas constantes mudanças, emergiram lições aprendidas, por exemplo, que nenhum projeto, ou quase nenhum projeto, se realiza exatamente como tinha sido idealizado, sendo necessário estar atento ao decorrer do mesmo, pois é no seu decurso, em cada pormenor, que se constrói de forma efetiva.

Estagiar nesta instituição sempre foi um dos maiores objetivos, o que orientou as opções pessoais no plano da formação superior. A CPCJ permitiu aprofundar uma ambição antiga e proporcionou a concretização de um *Sonho*. Esta área sempre me provocou fascínio e, acrescentou valor experiencial, poder alinhar o tipo de instituição e a mediação, uma vez entender possibilitar a fusão de duas paixões, antecipando a oportunidade de dar a conhecer/divulgar um âmbito de atuação da mediação numa instituição com esta tipologia.

6.2.2. A dimensão institucional;

No plano institucional, havia a consciência de que a mediação não era uma área muito trabalhada, por isso, para além de desenvolver o estágio, foi propósito destacar as vantagens de um mediador naquele contexto. Assim, penso que, ao longo do desenvolvimento do estágio, foi possível evidenciar o que poderia constituir a intervenção de um mediador na instituição. No seguimento deste interesse, cabe aqui destacar que a mediação foi vista como uma mais valia para o desenvolvimento dos processos, interpretada como uma área multidisciplinar a atuar, com processos próprios (métodos e técnicas) diferentes da atuação de outras áreas.

A proposta apresentada e realizada foi reconhecida e valorizada por todos, tendo sido interpretada por todos como uma nova forma de intervir juntos dos pais e facilitar alguns dos processos que estavam a decorrer na instituição. A mediação transformativa como promotora da parentalidade emancipatória foi vista com muito agrado, todos mostraram interesse em desenvolver conhecimento sobre este assunto, pois consideraram que era importante valorizar mais a parentalidade a apostar na sua emancipação.

Devido à instabilidade própria às discontinuidades geradas no contexto de realização do projeto, não foi possível concretizar parte do que estava planeado, embora constituísse o suficiente para a instituição interpretar a intervenção proposta como uma mais-valia e como uma oportunidade de desenvolvimento de intervenção com sentido e significado, considerando que a mesma se configurava na tipologia da instituição e respondia as necessidades da mesma.

6.2.3. A dimensão do conhecimento na área de especialização

No plano da área de especialização, é nossa convicção de que este estágio foi uma forma útil e projetiva de dar a conhecer as suas potencialidades. considerar que, para aquela instituição, a mediação era uma área nova, os técnicos mostraram-se muito interessados em conhecer e até curiosos em compreender o que um mediador poderia fazer numa instituição como a CPCJ. Quando lhes foi apresentado o plano de estágio, os mesmos ficaram surpreendidos e muito expectantes em relação ao que poderia acontecer, acharam tratar-se de uma tarefa difícil, mas ser algo que já deveria estar a ser aplicada há muito dentro das instituições.

A finalizar, é de sublinhar que a mediação abriu a curiosidade dos técnicos da instituição e todos ficaram interessados em conhecer melhor a área, sendo que a mesma foi considerada, por todos, uma mais-valia para a instituição e um novo apoio e nova área a atuar naquela instituição.

Capítulo VII

7.Referências Bibliográficas

Adorno, T. (1995). Trad. Maar, W.L. *Educação e emancipação*. Paz e Terra. Rio de Janeiro. p. 169-187

Ahumada, L.R., & Cochoy, L.F. (2008). *Influencias socioculturales en los cuidados de salud. Enfoque familiar en Atención Primaria. Atención Primaria, Conceptos, organización y práctica clínica*, de A. Martín Zurro e J.F. Cano Pérez, sexta edición, Vol. I; Parte I (5): pp. 89-106. Barcelona, España: Elsevier España, SL.

Azevedo, J. (Cord.), Gonçalves, A., Sampaio, A., Moreira, B., Castro, J., Arroiteia, J., Ancoreta, L. Neto, M., Machado, M.C., Martins, P., Luz, R. (2014). *Por um Portugal Amigo das Crianças, das Famílias, e da Natalidade (2015-2035): remover os obstáculos à natalidade desejada*. Relatório Final da Comissão para a Política da Natalidade em Portugal. Instituto Francisco Sá Carneiro

Bauer, M.; Gaskell G. (2002) *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Editora Vozes

Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Barroso, R., Machado, C. (2010) *Definições, dimensões e determinantes da parentalidade*. *Psychologica*, 52, Vol 1. pp. 211-229

Benavente, A. Costa, A. & Machado, F. (1990). *Práticas de Mudança e de Investigação-Conhecimento e intervenção na escola primária*. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 29. pp. 55-80

Berger, G. (2009). *A investigação em Educação. Modelos socioepistemológicos e inserção institucional*. *Educação, Sociedade e Cultura*, nº28, pp. 175-192

Brás, M. S. Ferreira, R. & Torcato, L. (2014). *Parentalidade positiva e capacitação parental no cuidado à criança doente*. *Revista da Unidade de Intervenção do Instituto Politécnico de Santarém*. N°5, Vol. 2

Bonafé-Schmitt, Jean-Pierre (2009). *Mediação, conciliação, arbitragem: técnicas ou um novo modelo de regulação social*. In Ana Silva e Maria Moreira (Eds.). *Formação e Mediação Socioeducativa* (pp. 15-40). Porto: Areal Editores

Boqué Torremorel, M. C. (2008). *Cultura de mediação e mudança social*. Porto: Porto Editora. p. 58

Buffa, C. G., Teixeira, S., Rossetti-Ferreira, M. (2010). *Vivências de exclusão em crianças abrigadas*. Psicologia: Teoria e Prática. 12(2):17-34

Carbut, L., Faquim, J., (2014). *Conceitos de família e a tipologia familiar: aspectos teóricos para o trabalho da equipe de saúde bucal na estratégia de saúde da família*. JMPHC. Journal of Management and Primary Health Care

Cabral, H. L. T. B. (2012). *Afetividade como fundamento da Parentalidade Responsável*. Revista Brasileira de Direito das Famílias e Sucessões, 13 (26), 47-72.

Caniço, H., (2014). *Os Tipos de Família e Novo Método de Avaliação em Saúde da Pessoa – APGAR Saudável*. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra. Coimbra

Cardozo, R. (s/d). Os conflitos familiares e as escolas de Mediação.

Cavalcante, L., Magalhães, C., Pontes, F. (2007). *Institucionalização precoce e prolongada de crianças: discutindo aspectos decisivos para o desenvolvimento*. Aletheia, n.25, pp.20-34, jan./jun.

Carvalho, T. & Manita, C. (2010). *Percepções de Crianças e Adolescentes Institucionalizados sobre o Processo de Institucionalização e a Experiência na Instituição*. Faculdade de Psicologia e Ciência da Educação, Universidade do Porto. Actas do VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia. Universidade do Minho. Portugal

Chizzotti, A. (2006). *Pesquisa em ciências humanas e sociais* (8a ed.). São Paulo: Cortez

Coutinho, C. P., Sousa, A., Dias, A., Bessa, F., Ferreira, M. J., & Vieira, S. (2009). *Investigação-acção: metodologia preferencial nas práticas educativas*. Revista Psicologia, Educação e Cultura, 13:2, pp. 355-379

Coutinho, C. (2013). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática* (2ª edição). Coimbra: Almedina.

Coutinho, C. (2005). *Percursos da Investigação em Tecnologia Educativa em Portugal – uma abordagem temática e metodológicas a publicações científicas (1985-2000)*. Braga: I.E.P. - U. do Minho

Cortesão, L. (1998). *Da necessidade de Vigilância Crítica à Importância da Prática da Investigação-Ação*. Revista da Educação, VII (1), pp. 27-33

Del Valle, J.F. & Bravo, A. (2003). *La situación del acogimiento familiar en España*. Madrid. Ministério de TRabajo y Asuntos Sociales

Esteves, L. M. (2008). *Visão Panorâmica da Investigação-Ação*. Porto: Porto Editora.

- Ferreira, R. (2008). *Projeto de vida*. Especial: Futuro. Vol. 7. N°4
- Fernandes, A. M. (2006). *A Investigação-Ação como metodologia*. In Projeto Ser Mais-Educação para a sexualidade online. (Cap. 3 pp. 1-11) Faculdade de Ciências da Universidade do Porto
- Fernandes, A., R. M. (2013). Centro de Mediação Comunitário: Uma resposta social inovadora e participativa. Tese de Mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo, apresentado à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação e à Faculdade de Economia. Universidade de Coimbra
- Folgosi, R. M. (2004). A participação social na regulação: as audiências e consultas públicas. V.1, n. 1, Revista do Direito da Energia. São Paulo. Pp. 28-40
- Gabatz, R. I. B., Padoin, S. M. M., Neves, E. T., Terra, M. G. (2010) *Fatores relacionados à institucionalização: perspectivas de crianças vítimas de violência intra-familiar*. Revista Gaúcha Enferm., Porto Alegre (RS) pp-31(4):670-7
- Gadotti, M. (2012). *Trabalho e educação numa perspectiva emancipatória*. II Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica
- Guerra, I. (2002) *Fundamentos e Processos de Uma Sociologia de Ação: O Planeamento em Ciências Sociais*. Lisboa: principia
- Hoghugh, M. S., Long, N. (2004). *Handbook of Parenting. Theory and Research for Practice*. London: SAGE Publications. Part I.
- Idáñez, M. J. & Ander-Egg, E. (2007). *Diagnóstico Social: conceptos y metodologia*. Instituto de Ciências Sociales Aplicadas. Buenos Aires. 3ª ed.
- Lacerda, C. B. F (2006). *A inclusão escolar de alunos surdos: O que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência*. Cad. Cedes, Campinas, vol. 26, n. 69, p. 163-184
- Livro: 140 Anos do Lar de Santa Estefânia – Guimarães: 1858-1998
- Magalhães, L.; Silva, A. M. C & Almeida, A. T. de. (2016). A mediação sociofamiliar no âmbito do acolhimento residencial. In A. M. C. Silva; M. L. Carvalho & L. R. Oliveira (Eds.), *Sustentabilidade da Mediação Social: processos e práticas* (pp. 119-128). Braga: CECS
- Marconi, M., A., & Lakatos, E., M., (2007). *Técnicas de Pesquisa*. Edições Atlas S.A. São Paulo, 6ª ed.
- Marujo, H. A. (1996-1999). *Programa para o desenvolvimento de competências de parentalidade*. In A. L. Silva, H. A. Marujo & L. Bizarro, Programa para o desenvolvimento da

auto-estima e do bem-estar social em jovens, professores e pais. (Versão experimental). Lisboa: Junta Nacional de Investigação Científica/Fundação para a Ciência e Tecnologia

Mendes, M. (2012). A Aprendizagem da Multiplicação numa perspetiva de Desenvolvimento do sentido do Numero: um estudo com alunos do 1º ciclo. (Dissertação de Doutoramento). Universidade de Lisboa. Instituto de Educação

Mesquita-Pires, C. (2010). *A Intervenção-acção como suporte ao desenvolvimento profissional docente*. E ER: revista de educação, Vol 2, pp. 66-83

Mota, C. P., Matos, P. M. (2010). *Adolescentes institucionalizados: O papel das figuras significativas na predição da assertividade, empatia e autocontrolo*. *Análise Psicológica*. pp. 245-254;

Moraes, R. (1999). *Análise de conteúdo*. *Revista Educação*, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32

Moro, M., R. (2005). Os ingredientes da Parentalidade. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*. VIII, núm. 2, pp. 258-273 Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental

Oliveira, A., & Freire (2010). *Sobre... a mediação Sócio- Cultural*. Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (Acidi). Lisboa

Parkinson, L. (2008). *Mediação Familiar*. Lisboa: GRALL

Pardal, L., & Lopes, E. S. (2011). *Métodos e Técnicas de Investigação Social*. Porto: Areal Editores.

Pereira, D., & Alarcão, M. (2010). Avaliação da parentalidade no quadro da proteção na infância. *Temas em Psicologia*, 18 (2), 499-511

Pereira, D. & Alarcão, M. (2014). *"Parentalidade Minimamente Adequada": Contributos para a operacionalização do conceito*. *Análise Psicológica*. Vol. 2(XXXII). pp. 157-171 doi: 10.14417/ap.721

Ponte, J. (1998). Da formação ao desenvolvimento profissional. In Associação dos Professores de Matemática (Eds.), *ProfMat 98 - Actas* (pp. 27 - 44). Lisboa: Associação dos Professores de Matemática

Quivy, R. & Champenhoudt, L-V. (2005), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa, Edições Gradiva. p. 31

Ribeiro, M. J., (2003). *Ser Família: Construção, implementação e avaliação de um programa de educação parental*. (Dissertação de Mestrado não publicada). Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, Braga

Rocha, J. C. et al. (2008). *Direitos Humanos. Desafios Humanitários Contemporâneos*. Editora Del Rey LTDA

Rodriguez, B., C., & Paiva, M., L., S., C. (2009). Um estudo sobre o exercício da parentalidade em contexto homoparental. Vínculo – Revista do NESME, v. 1, n. 6

Relatório de Atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Guimarães (2015)

Sampaio, D., & Gameiro, J. (1985a). *Modelos de Intervenção em Terapia Familiar. Terapia Familiar*, cap. IV, pp. 41-80. Porto, Portugal: Edições Afrontamento, 2ª edição, Biblioteca das Ciências do Homem, Psicologia, psiquiatria, psicanálise / 7. SANTOS, B.S. (1985). Uma perspectiva sociológica sobre a relação médico-doente, Rev. Port. Clínica Geral, 1985, Mai / Jun; 2 (9): pp. 18-21

Silva, A. & Fossá, M. (2013). *Análise de Conteúdo: Exemplo de Aplicação da Técnica para Análise de Dados Qualitativos*. IV Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade. Brasília.

Silveria, F. F., Neves, M. M. (2006). *Inclusão Escolar de Crianças com Deficiência Múltipla: Concepções de Pais e Professores*. Psicologia: Teoria e Pesquisa. Vol. 22 n. 1, pp. 079-088. Universidade de Brasília

Siquiera, A. C., Dell'Aglio, D., D. (2007). *Retornando para a família de origem: fatores de risco e proteção no processo de reinserção de uma adolescente institucionalizada*. Revista Brasileira Crescimento do Desenvolvimento Humano. Vol. 3. pp. 134-146;

Siquiera, A. C., Dell'Aglio, D., D. (2006). *O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura*. Psicologia & Sociedade; vol. 18 (1). pp-71-80;

Silva, A. M. et al. (2010) *Novos actores no trabalho em educação: os mediadores socioeducativos*. Revista Portuguesa de Educação, 23(2), pp. 119-151, CIEd - Universidade do Minho

Viana, I. C. (Enero/Julio 2011). *Formação e educação: um projecto criativo de interface com a emancipação profissional*. Revista Educação Skepsis, n. 2 – Formación Profesional. Vol. II. Claves para la formación profesional. São Paulo: skepsis.org. pp. 630-660url: <<http://academiaskepsis.org/revistaEducacao.html>> [ISSN 2177-9163]

Viana, I. C. & Magalhães, M. J. (2015). Comprehensive external evaluation using a collaborative action research methodology. CARN Conference 2015, 6-8 November 2015 | Braga, Portugal.

Zornig, S. (2010). *Tornar-se pai, tornar-se mãe: o processo de construção da parentalidade*. Tempo psicanalítico, Rio de Janeiro, v.42.2, p.453-470.

Zuber-Skerrit, O. (1993). *Action Research in Higher Education: examples and reflections*. Vol. 12 N°1

World Health Organization (1991). *Statistical indices of Family Health*, 589: p. 17. Geneva, Switzerland: WHO Library

